



PROPOSTAS DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2020

Assembleia Geral
10.3.2020 | 16h20
Núcleo Cidade de Deus
Salão Nobre, 5º andar do Prédio Vermelho



Sumário

Proposta para destinação do lucro líquido do exercício de 2019	3
Proposta para eleger membros para o Conselho de Administração	4
Proposta para eleger membros para o Conselho Fiscal.....	7
Indicação de candidatos para o Conselho Fiscal formalizada por acionistas preferencialistas	8
Indicação de candidatos para o Conselho Fiscal formalizada por acionistas ordinaristas não controladoras.....	9
Proposta para a remuneração global e a verba previdenciária dos Administradores	10
Proposta para a remuneração mensal dos membros efetivos do Conselho Fiscal.....	11
Informações Complementares.....	12
Anexo 9-1-II, relativo à destinação do lucro líquido do exercício	13
Currículos dos indicados para o Conselho de Administração	23
Currículos dos indicados para o Conselho Fiscal pelas acionistas controladoras.....	39
Currículos dos indicados para o Conselho Fiscal por acionistas ordinaristas	47
Currículos dos indicados para o Conselho Fiscal por acionistas preferencialistas	50
Informações adicionais sobre a Remuneração dos Administradores	53
Comentário dos Administradores sobre a Companhia	73

Proposta para destinação do lucro líquido do exercício de 2019

Senhores acionistas,

Considerando que o Bradesco obteve no exercício social encerrado em 31.12.2019 lucro líquido de R\$22.582.615.270,36, o Conselho de Administração vem submeter, para exame e deliberação, proposta para destiná-lo da seguinte forma:

- ✓ R\$1.129.130.763,52 para a conta “Reservas de Lucros - Reserva Legal”;
- ✓ R\$13.589.708.189,08 para a conta “Reservas de Lucros - Estatutária”;
- ✓ R\$7.372.857.991,59 para pagamento de juros sobre o capital próprio, os quais já foram integralmente pagos, e R\$490.918.326,17, a título de dividendos, cuja proposta será apreciada pelo Conselho de Administração em 17.2.2020, reiterando que não será proposta à Assembleia nova distribuição de juros sobre o capital próprio/dividendos relativos ao ano de 2019.

Informações adicionais poderão ser obtidas no Anexo sobre destinação do lucro líquido do exercício, nos termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

Proposta para eleger membros para o Conselho de Administração

Senhores acionistas,

As acionistas controladoras do Banco Bradesco S.A., representadas de acordo com seus Estatutos Sociais, vêm submeter, para exame e deliberação, observadas as disposições do “caput” do Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, propostas para que:

- o Conselho de Administração da Sociedade seja composto, no presente exercício social, por 10 (dez) membros, reelegendo os senhores:

Luiz Carlos Trabuço Cappi, brasileiro, viúvo, bancário, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68;

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, brasileiro, casado, bancário, RG 6.448.545-6/SSP-SP, CPF 021.698.868/34

Denise Aguiar Alvarez, brasileira, divorciada, educadora, RG 5.700.904-1/SSP-SP, CPF 032.376.698/65

João Aguiar Alvarez, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, RG 6.239.718-7/SSP-SP, CPF 029.533.938/11

Milton Matsumoto, brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.550/04

Alexandre da Silva Glüher, brasileiro, casado, bancário, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04

Josué Augusto Pancini, brasileiro, casado, bancário, RG 10.389.168-7/SSP-SP, CPF 966.136.968/20

Maurício Machado de Minas, brasileiro, casado, bancário, RG 7.975.904-X/SSP-SP, CPF 044.470.098/62

e elegendo, como Conselheiros independentes, consoante os critérios de governança aplicáveis, os senhores:

Walter Luis Bernardes Albertoni, brasileiro, casado, advogado, RG 14.009.886/SSP-SP, CPF 147.427.468/48

Samuel Monteiro dos Santos Junior, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 42.122, CPF 032.621.977/34

Esclarecem que seus candidatos arquivaram na sede do Bradesco declaração, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução nº 4.122/12, do Conselho Monetário Nacional.

Além das declarações acima mencionadas, os senhores **Walter Luis Bernardes Albertoni** e **Samuel Monteiro dos Santos Junior** apresentaram também declaração

atestando os seus enquadramentos em relação aos critérios de independência, quais sejam:

- não são acionistas controladores direto ou indireto da companhia
- não têm seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à companhia;
- não são cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador;
- não foram, nos últimos 3 (três) anos, empregados ou diretores da companhia ou do seu acionista controlador;
- não são afins até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador;
- não foram, nos últimos 3 (três) anos, empregados ou diretores de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- não têm relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- não ocupam cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; e
- não recebem outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar

Caso venham a ser reeleitos e eleitos, terão seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos para mandato de 2 (dois) anos, estendido até a posse dos novos Conselheiros que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2022.

Por fim, a Sociedade informa que:

- a eleição dos membros do Conselho de Administração ocorrerá por meio de votação individualizada;
- o número de membros acima informado poderá ser aumentado por decisão a ser tomada pelos acionistas na própria Assembleia nas seguintes hipóteses:

Assembleia Geral Ordinária – 10.3.2020 – 16h20

- caso haja requerimento de adoção do sistema de voto múltiplo que perfaça os requisitos legais e regulamentares aplicáveis (caput e Parágrafo Primeiro do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76 e Instrução CVM nº 165/91); ou
- caso os acionistas minoritários exerçam o direito de eleger membros do Conselho de Administração em votação em separado, desde que sejam atendidos os requisitos previstos nos Parágrafos Quarto a Sexto do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76;
- de acordo com o disposto no Artigo 110 da Lei nº 6.404/76, que dispõe que “cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações da assembleia geral”, vedando, portanto, o voto plural, caso venha a ser requerida a adoção do processo de voto múltiplo e também houver a indicação de candidatos para o processo de eleição em separado, o acionista ordinarista não poderá participar dos dois processos de votação com as mesmas ações.

Para obter informações adicionais, consulte os [Currículos dos indicados para o Conselho de Administração pelas acionistas controladoras](#), em atendimento aos Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09.

Proposta para eleger membros para o Conselho Fiscal

Senhores acionistas,

O Artigo 20 do Estatuto Social da Companhia e o Artigo 2º do Regimento Interno do Conselho Fiscal dispõem que o Conselho Fiscal compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes, acionistas ou não.

Considerando o disposto na alínea "b" do Parágrafo Quarto do Artigo 161 da Lei nº 6.404/76, vimos submeter aos senhores proposta para eleição de membros do Conselho Fiscal, todos com mandato de 1 ano, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021, indicando para integrá-lo:

a) como membros efetivos:

Ariovaldo Pereira , brasileiro, casado, contador, RG 5.878.122-5/SSP-SP, CPF 437.244.508/34
Domingos Aparecido Maia , brasileiro, casado, contador, RG 7.220.493-X/SSP-SP, CPF 714.810.018/68
José Maria Soares Nunes , brasileiro, em união estável, contador, RG 10.729.603-2/SSP-SP, CPF 001.666.878/20

b) como suplentes dos acima indicados, respectivamente, os senhores:

João Batista de Moraes , brasileiro, casado, advogado, RG 8.780.236/SSP-SP, CPF 863.025.078/04
Nilson Pinhal , brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 4.566.669-6/SSP-SP, CPF 221.317.958/15
Renaud Roberto Teixeira , brasileiro, casado, empresário, RG 3.022.895-5/SSP-SP, CPF 057.180.078/53

Esclarecemos que os nossos candidatos arquivaram na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal e de que preenchem as condições previstas no Artigo 162 da Lei nº 6.404/76. Caso venham a ser eleitos, tomarão posse de seus cargos após a aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil.

Para obter informações adicionais, consulte os [Currículos dos indicados para o Conselho Fiscal pelas acionistas controladoras](#), em atendimento aos Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09.

Indicação de candidatos para o Conselho Fiscal formalizada por acionistas preferencialistas

Senhores acionistas,

Em atendimento ao que dispõe a alínea “a” do Parágrafo Quarto do Artigo 161 da Lei nº 6.404/76, disponibilizamos abaixo nomes e qualificações dos candidatos indicados pela Aberdeen Asset Management PLC, por si e em nome dos fundos de investimento e carteiras sob gestão de empresas integrantes do seu grupo econômico, **acionista não controladora titular de ações preferenciais de emissão da Sociedade** para integrar o Conselho Fiscal:

Membro Efetivo	Membro Suplente
<i>Cristiana Pereira</i> , brasileira, casada, economista, RG 10.866.244-5/SSP-SP, CPF 120.701.098/79	<i>Reginaldo Ferreira Alexandre</i> , brasileiro, casado, economista, RG 8.781.281/SSP-SP, CPF 003.662.408/03

Os candidatos acima indicados arquivaram na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal e de que preenchem as condições previstas no Artigo 162 da Lei nº 6.404/76. Caso venham a ser eleitos, tomarão posse de seus cargos após a aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil.

Para obter informações adicionais, consulte os [Currículos dos indicados para o Conselho Fiscal pelos acionistas preferencialistas](#), em atendimento aos Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09.

**Indicação de candidatos para o Conselho Fiscal formalizada por acionistas
ordinaristas não controladoras**

Senhores acionistas,

Em atendimento ao que dispõe a alínea “a” do Parágrafo Quarto do Artigo 161 da Lei nº 6.404/76, disponibilizamos abaixo nomes e qualificações dos candidatos indicados pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, acionista **não controladora titular de ações ordinárias de emissão da Sociedade**, para integrar o Conselho Fiscal:

Membro Efetivo	Membro Suplente
Ivanyra Maura de Medeiros Correa , brasileira, casada, engenheira, RG 59.886.740-5/SSP-SP, CPF 009.092.797-48	Genival Francisco da Silva , brasileiro, casado, assessor financeiro, RG 8.874.190-4/SSP-SP, CPF 003.736.268/27

Os candidatos acima indicados arquivaram na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal e de que preenchem as condições previstas no Artigo 162 da Lei nº 6.404/76. Caso venham a ser eleitos, tomarão posse de seus cargos após a aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil.

Para obter informações adicionais, consulte os [Currículos dos indicados para o Conselho Fiscal pelos acionistas ordinaristas não controladoras](#), em atendimento aos Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09.

Proposta para a remuneração global e a verba previdenciária dos Administradores

Senhores acionistas,

O Conselho de Administração da Sociedade vem submeter, ao exame e deliberação dos senhores, proposta para fixar a remuneração global, verba previdenciária e contribuições ao INSS para o exercício de 2020, no total de até R\$995.000.000,00, sendo:

- a) R\$632.000.000,00, dos quais:
 - (i) R\$515.918.367,35, a título de remuneração fixa e variável;
 - (ii) R\$116.081.632,65, a título de contribuições para o INSS, que sejam ônus da Sociedade; e
- b) R\$363.000.000,00 para custeio do plano de previdência dos administradores.

A Companhia esclarece que:

- 1) os valores propostos mantiveram-se inalterados em relação àqueles aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 2019 e condizem com a grande experiência dos Administradores e ao seu alto grau de conhecimento da Companhia, haja vista que a maioria fez carreira na própria Organização, bem como à necessidade de reter seus talentos num mercado cada vez mais competitivo; e
- 2) caberá ao Comitê de Remuneração continuar avaliando a performance corporativa, o cumprimento dos objetivos e a sustentabilidade dos negócios, com o propósito de verificar se os resultados justificam as distribuições do montante global anual da remuneração até o limite proposto.

Conforme determina a alínea “p” do Artigo 9º do Estatuto Social proposto, competirá ao Conselho de Administração deliberar pela distribuição do montante global anual da remuneração e da verba previdenciária aos seus próprios membros e aos da Diretoria.

Para outros detalhes, consulte o [Anexo Informações sobre a Remuneração dos Administradores](#), nos termos do Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09.

Proposta para a remuneração mensal dos membros efetivos do Conselho Fiscal

Senhores acionistas,

O Conselho de Administração da Sociedade vem submeter ao exame e deliberação dos senhores proposta para remuneração mensal, no valor de R\$18.000,00 a cada membro efetivo do Conselho Fiscal, além do valor individual mensal de R\$4.050,00 correspondente às contribuições previdenciárias para o INSS que sejam ônus para a Sociedade, para o exercício de 2020, esclarecendo que:

- a) o valor proposto atende às disposições do Parágrafo Terceiro do Artigo 162 da Lei nº 6.404/76, o qual estabelece que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração mensal que, em média, for atribuída a cada Diretor como remuneração fixa, não computados, nos termos da legislação vigente, benefícios, verbas de representação e participação nos lucros da Sociedade, a qualquer título; e
- b) os membros suplentes somente serão remunerados quando em substituição aos Membros Efetivos, nos casos de vacância, ausência ou impedimento temporário.

Para outros detalhes, consulte o [Anexo Informações sobre a Remuneração dos Administradores](#), nos termos do Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09.

Informações Complementares

Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09, relativo à destinação do lucro líquido do exercício**1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido do exercício de 2019 foi de R\$22.582.615.270,36

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Descrição	Valor (R\$)	Valor por Ação ON (R\$)		Valor por Ação PN (R\$)	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
Juros sobre o Capital Próprio Mensais pagos de fevereiro/2019 a janeiro/2020	1.672.857.991,59	0,206997912	0,175948225	0,227697708	0,193543052
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 1º semestre declarados em 28.6.2019 e pagos em 15.7.2019	1.455.000.000,00	0,172536471	0,146656000	0,189790118	0,161321600
Juros sobre o Capital Próprio Complementares declarados em 19.12.2019 e pagos em 30.12.2019	4.245.000.000,00	0,503379600	0,427872660	0,553717560	0,470659926
Dividendos Complementares a serem apreciados pelo Conselho de Administração, em 17.2.2020	490.918.326,17	0,058213963	0,058213963	0,064035359	0,064035359
Montante Global de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio relativos a 2019	7.863.776.317,76	0,941127946	0,808690848	1,035240745	0,889559937

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Descrição	Valor (R\$)	Percentual
Lucro Líquido do Exercício de 2019	22.582.615.270,36	
Reserva Legal	1.129.130.763,52	
Base de Cálculo dos Dividendos/JCP	21.453.484.506,84	
Juros sobre o Capital Próprio a Pagos	7.372.857.991,59	
Dividendos a Pagar	490.918.326,17	
Total Bruto de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	7.863.776.317,76	
Imposto de Renda na Fonte sobre JCP ^(*)	1.105.928.698,74	31,50%
Total Líquido de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	6.757.847.619,02	

(*) IR na fonte não considera acionistas imunes/isentos

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Adicionalmente aos juros sobre o capital próprio mencionados no item 2 acima, o Bradesco pagou, no último dia 23.10.2019, R\$8.000.000.000,00 a título de dividendos extraordinários a seus acionistas, utilizando parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", sendo R\$0,948654134 por ação ordinária e R\$1,043519547 por ação preferencial.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável, tendo em vista que não serão declarados novos dividendos ou juros sobre capital próprio.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, tendo em vista que não serão declarados novos dividendos ou juros sobre capital próprio.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, tendo em vista que não serão declarados novos dividendos ou juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável, tendo em vista que não serão declarados novos dividendos ou juros sobre capital próprio.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

1. R\$1.672.857.991,59, referentes aos Juros sobre o Capital Próprio Mensais, pagos nas datas constantes do quadro objeto do item b.1 abaixo;
2. R\$1.455.000.000,00, referentes aos Juros sobre o Capital Próprio Intermediários, declarados em 28.6.2019 e pagos em 15.7.2019;
3. R\$4.245.000.000,00, referentes aos Juros sobre o Capital Próprio Complementares, declarados em 19.12.2019 e pagos em 30.12.2019;
4. R\$490.918.326,17, referentes aos Dividendos Complementares a serem apreciados pelo Conselho de Administração, em 17.2.2020.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

1. Vide, a seguir, tabela demonstrativa dos pagamentos, no valor total bruto de R\$1.672.857.991,59, dos juros sobre o capital próprio mensais:

Data de pagamento	Mês a que se refere	Valor por ação (R\$)			
		ON		PN	
		Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
1º.2.2019	Janeiro	0,017249826	0,014662352	0,018974809	0,016128588
1º.3.2019	Fevereiro				
1º.4.2019	Março				
2.5.2019	Abril				
3.6.2019	Maio				
1º.7.2019	Junho				
1º.8.2019	Julho				
2.9.2019	Agosto				
1º.10.2019	Setembro				
1º.11.2019	Outubro				
2.12.2019	Novembro				
2.1.2020	Dezembro				

2. o valor referente aos Juros sobre o Capital Próprio Intermediários, no montante de R\$1.455.000.000,00, foi pago na data de 15.7.2019;
3. o valor referente aos Juros sobre o Capital Próprio Complementares, no montante de R\$4.245.000.000,00, foi pago na data de 30.12.2019;
4. o valor referente aos Dividendos Complementares, no montante de R\$490.918.326,17, a serem apreciados pelo Conselho de Administração, em 17.2.2020.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Valor R\$
2019	2,81
2018	2,38
2017	1,82
2016	1,88

Obs.: os lucros contábeis por ação de 2016 a 2018 foram ajustados pela bonificação ocorrida em março de 2019 para possibilitar a comparabilidade.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício de 2018	Por ação (bruto) – (R\$)		Valor (R\$) pago Bruto	IRRF (R\$) (15%)	Valor (R\$) pago Líquido
	ON	PN			
JCP Mensais (pagos de fevereiro/2018 a janeiro/2019)	0,206998	0,227698	1.421.595.772,74	213.239.365,91	1.208.356.406,83
JCP Intermediários do 1º semestre (pagos em 16.7.2018)	0,172465	0,189712	1.212.000.000,00	181.800.000,00	1.030.200.000,00
JCP Complementares (pagos em 8.3.2019)	0,663821	0,730203	4.665.000.000,00	699.750.000,00	3.965.250.000,00
Total acumulado em 31.12.2018	1,043284	1,147613	7.298.595.772,74	1.094.789.365,91	6.203.806.406,83

Exercício de 2017	Por ação (bruto) – (R\$)		Valor (R\$) pago Bruto	IRRF (R\$) (15%)	Valor (R\$) pago Líquido
	ON	PN			
JCP Mensais (pagos de fevereiro/2017 a janeiro/2018)	0,206997	0,227698	1.282.344.268,60	192.351.640,29	1.089.992.628,31
JCP Intermediários do 1º semestre (pagos em 17.7.2017)	0,172494	0,189743	1.102.000.000,00	165.300.000,00	936.700.000,00
JCP Complementares (pagos em 8.3.2018)	0,754465	0,829911	4.820.000.000,00	723.000.000,00	4.097.000.000,00
Total acumulado em 31.12.2017	1,133956	1,247352	7.204.344.268,60	1.080.651.640,29	6.123.692.628,31

Exercício de 2016	Por ação (bruto) – (R\$)		Valor (R\$) pago Bruto	IRRF (R\$) (15%)	Valor (R\$) pago Líquido
	ON	PN			
JCP Mensais (pagos de fevereiro/2016 a janeiro/2017)	0,206998	0,227698	1.165.781.491,26	174.867.223,69	990.914.267,57
JCP Intermediários do 1º semestre (pagos em 18.7.2016)	0,172525	0,189777	1.002.000.000,00	150.300.000,00	851.700.000,00
JCP Extraordinários (pagos em 8.3.2017)	0,571124	0,628236	3.317.000.000,00	497.550.000,00	2.819.450.000,00
JCP Complementares (pagos em 8.3.2017)	0,256721	0,282394	1.491.000.000,00	223.650.000,00	1.267.350.000,00
Total acumulado em 31.12.2016	1,207368	1,328105	6.975.781.491,26	1.046.367.223,69	5.929.414.267,57

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal foi de R\$1.129.130.763,52

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A destinação de parcela do lucro líquido para a reserva legal é determinada pelo Artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e tem por fim assegurar a integridade do capital social.

5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social de 2019, no montante de R\$22.582.615.270,36, foi destinado à constituição da reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da reserva legal era de R\$9.623.393.504,30, o que equivalia a aproximadamente 12,81% do capital integralizado da Companhia na mesma data.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

A forma de cálculo está prevista nos Artigos 26 e 27 do Estatuto Social, os quais transcrevemos a seguir:

“Artigo 26) Serão levantados balanços ao fim de cada semestre, nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria, mediante aprovação do Conselho, determinar o levantamento de outros balanços, em menores períodos, inclusive mensais.

Artigo 27) O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404/76, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem, a seguinte destinação:

- I. constituição de Reserva Legal;*
- II. constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral;*
- III. pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 30% (trinta por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos itens I, II e III do Artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76.*

Parágrafo Primeiro - *A Diretoria, mediante aprovação do Conselho, fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes.*

Parágrafo Segundo - *Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários, cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.*

Parágrafo Terceiro - *Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício (30%), de acordo com o Inciso III do “caput” deste Artigo.”*

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

A companhia não possui dividendos retidos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não haverá retenção de qualquer montante referente ao dividendo obrigatório.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não haverá retenção de qualquer montante referente ao dividendo obrigatório.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não haverá retenção de qualquer montante referente ao dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Em consonância com a legislação, o Artigo 28 do Estatuto Social estabelece que o saldo do lucro líquido, verificado após todas as distribuições estatutárias, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada em Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre o capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no inciso III do Artigo 27 do Estatuto Social, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (com alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01), o saldo do lucro líquido para fins de constituição desta reserva será determinado após a dedução integral dessas destinações.

b. Identificar o montante destinado à reserva

O montante destinado à reserva é de R\$13.589.708.189,08

c. Descrever como o montante foi calculado

O valor de R\$13.589.708.189,08 resulta da destinação do lucro líquido do exercício, deduzido do montante atribuído à reserva legal e dos juros sobre o capital próprio pagos e dividendos a pagar aos acionistas, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Valor (R\$)
Lucro Líquido do Exercício de 2019	22.582.615.270,36
Reserva Legal	(1.129.130.763,52)
Juros sobre o Capital Próprio pagos	(7.372.857.991,59)
Dividendos a pagar	(490.918.326,17)
Valor Transferido para Reservas Estatutárias	13.589.708.189,08

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não há proposta de destinação do lucro líquido para reservas de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não há proposta de destinação do lucro líquido para reservas de incentivos fiscais.

Currículos dos indicados para o Conselho de Administração pelas acionistas controladoras, de conformidade com os Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, nos termos do Anexo A da Instrução CVM nº 552/14

12.5. “a - l”, 12.6 a 12.8

✓ **Membros indicados pelas acionistas controladoras para o Conselho de Administração:**

Nome			LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI	CARLOS ALBERTO RODRIGUES GUILHERME
Data de nascimento			6.10.1951	21.12.1943
Profissão			Bancário	Bancário
CPF			250.319.028-68	021.698.868-34
Cargo eletivo ocupado			Presidente do Conselho de Administração	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Data de eleição			10.3.2020	
Data da posse			Nos últimos exercícios a mesma ocorreu cerca de 45 dias após a eleição (a posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil).	
Prazo do mandato			Mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, o qual estender-se-á até a posse dos novos administradores eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2022.	
Eleito pelo controlador			Sim	
Membro independente			Não	
Número de mandatos consecutivos			10	10
Nº de reuniões do CA	Desde a posse até 31.12.2019		212	
% de participação nas reuniões do CA			90%	82%
Outros cargos ou funções exercidos no emissor			Vide informações abaixo	
Comitê de Remuneração (Órgão estatutário)	Cargo		Membro, com a função de Coordenador	Membro
	Data de nomeação		13.3.2018	
	Data da posse		25.4.2018	
	Prazo do mandato		Até a 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2020	
	Nº de mandatos consecutivos		10	9
	Nº de reuniões	Exercício de 2019	12	
	% de participação nas reuniões		100%	75%
Comitê de Riscos (Órgão não Estatutário)	Cargo		-.-	Membro
	Data de nomeação			21.8.2017
	Data da posse			Não há
	Prazo do mandato			Indeterminado
	Nº de mandatos consecutivos			-.-
	Nº de reuniões	Exercício de 2019	-.-	12
	% de participação nas reuniões			58%

Informações Complementares - Assembleia Geral Ordinária – 10.3.2020 – 16h20

Nome		DENISE AGUIAR ALVAREZ	JOÃO AGUIAR ALVAREZ
Data de nascimento		24.1.1958	11.8.1960
Profissão		Educadora	Engenheiro Agrônomo
CPF		032.376.698-65	029.533.938-11
Cargo eletivo ocupado		Membro do Conselho de Administração	
Data de eleição		10.3.2020	
Data da posse		Nos últimos exercícios a mesma ocorreu cerca de 45 dias após a eleição (a posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil).	
Prazo do mandato		Mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, o qual estender-se-á até a posse dos novos administradores eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2022.	
Eleito pelo controlador		Sim	
Membro independente		Não	
Número de mandatos consecutivos		27	
Nº de reuniões do CA	Desde a posse até 31.12.2019	212	
% de participação nas reuniões do CA		75%	61%
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não há	

Informações Complementares - Assembleia Geral Ordinária – 10.3.2020 – 16h20

Nome			MILTON MATSUMOTO	ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER
Data de nascimento			24.4.1945	14.8.1960
Profissão			Bancário	Bancário
CPF			081.225.550-04	282.548.640-04
Cargo eletivo ocupado			Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição			10.3.2020	
Data da posse			Nos últimos exercícios a mesma ocorreu cerca de 45 dias após a eleição (a posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil).	
Prazo do mandato			Mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, o qual estender-se-á até a posse dos novos administradores eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2022.	
Eleito pelo controlador			Sim	
Membro independente			Não	
Número de mandatos consecutivos			8	1
Nº de reuniões do CA	Desde a posse até 31.12.2019		212	212
% de participação nas reuniões do CA			92%	89%
Outros cargos ou funções exercidos no emissor			Vide informações abaixo	
Comitê de Riscos (Órgão não estatutário)	Cargo		-.-	Membro, com a função de Coordenador
	Data de nomeação		-.-	12.11.2018
	Data da posse		-.-	Não há
	Prazo do mandato		-.-	Indeterminado
	Nº de mandatos consecutivos		-.-	-.-
	Nº de reuniões	Exercício de 2019	-.-	12
	% de participaçã o nas reuniões		-.-	100%
Comitê de Remuneração (Órgão estatutário)	Cargo		Membro	-.-
	Data de nomeação		13.3.2018	-.-
	Data da posse		25.4.2018	-.-
	Prazo do mandato		Até a 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2020	-.-
	Nº de mandatos consecutivos		8	-.-
	Nº de reuniões	Exercício de 2019	12	-.-
	% de participaçã o nas reuniões		100%	-.-
Comitê de Auditoria (Órgão estatutário)	Cargo		Membro, com a função de Coordenador	-.-
	Data de nomeação		11.3.2019	-.-
	Data da posse		6.5.2019	-.-
	Prazo do mandato		27.4.2020	-.-
	Nº de mandatos consecutivos		0	-.-
	Nº de reuniões	Exercício de 2019	304	-.-
	% de participaçã		85%	-.-

Informações Complementares - Assembleia Geral Ordinária – 10.3.2020 – 16h20

	o nas reuniões			
Nome			JOSUÉ AUGUSTO PANCINI	MAURÍCIO MACHADO DE MINAS
Data de nascimento			14.4.1960	1º.7.1959
Profissão			Bancário	
CPF			966.136.968-20	044.470.098-62
Cargo eletivo ocupado			Membro do Conselho de Administração	
Data de eleição			10.3.2020	
Data da posse			Nos últimos exercícios a mesma ocorreu cerca de 45 dias após a eleição (a posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil).	
Prazo do mandato			Mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, o qual estender-se-á até a posse dos novos administradores eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2022.	
Eleito pelo controlador			Sim	
Membro independente			Não	
Número de mandatos consecutivos			1	
Nº de reuniões do CA		Desde a posse até 31.12.2019	212	
% de participação nas reuniões do CA			89%	88%
Outros cargos ou funções exercidos no emissor			Vide informações abaixo	
Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital (Órgão não estatutário)	Cargo		Membro	
	Data de nomeação		17.2.2014	
	Data da posse		Não há	
	Prazo do mandato		Indeterminado	
	Nº de mandatos consecutivos		-.-	
	Nº de reuniões	Exercício de 2019	17	
	% de participação o nas reuniões		88%	88%

✓ **Membros independentes:**

Nome		Walter Luis Bernardes Albertoni	Samuel Monteiro dos Santos Junior
Data de nascimento		29.9.1968	5.2.1946
Profissão		Advogado	Advogado
CPF		CPF 147.427.468-48	CPF 032.621.977-34
Cargo eletivo ocupado		Membro do Conselho de Administração	
Data de eleição		10.3.2020	
Data da posse		Nos últimos exercícios a mesma ocorreu cerca de 45 dias após a eleição (a posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil).	
Prazo do mandato		Mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, o qual estender-se-á até a posse dos novos administradores eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2022.	
Eleito pelo controlador		Sim	
Membro independente		Sim. Os membros apresentaram declaração de que atendem os requisitos da B3 para enquadramento de independência	
Número de mandatos consecutivos		0	
Nº de reuniões do CA	Desde a posse até 31.12.2019	-.-	
% de participação nas reuniões do CA			
Outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não há	

12.5. “m” - Informações sobre:

- i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.
- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

✓ **Membros indicados pelas acionistas controladoras para o Conselho de Administração:**

LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI

Emissor	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Presidente do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo). De março de 2014 a outubro de 2017, exerceu o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração (Conselheiro Executivo), cumulativamente com o de Diretor-Presidente, que exerceu de março de 2009 a março de 2018.
Item 12.5.m.i	<p>Bradespar S.A. Setor de atividade: Emp. Adm. Part. - Extração Mineral. No período de 29.4.2009 a 27.4.2014, exerceu o cargo de Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo). De 28.4.2014 a 27.4.2018 exerceu o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo).</p> <p>BBD Participações S.A. Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente.</p> <p>Nova Cidade de Deus Participações S.A. Diretor Presidente.</p> <p>Fundação Bradesco. Presidente da Mesa Regedora e Diretor Presidente.</p> <p>Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações. Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente.</p> <p>Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil. Setor de atividade: Arrendamento Mercantil. Presidente do Conselho de Administração (Conselheiro não Executivo). No período de 30.4.2009 a 30.4.2018, exerceu o cargo de Diretor-Presidente.</p>

	<p>NCF Participações S.A. Setor de atividade: Holdings de instituições não-financeiras. Cargo: Presidente do Conselho de Administração.</p> <p>Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi 30.4.2015 a 29.4.2017 - Diretor</p> <p>Banco Bradesco BBI S.A. 28.4.2009 a 26.4.2018 - Diretor-Presidente</p> <p>Bradesco Saúde S.A. Presidente do Conselho de Administração</p> <p>BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. Presidente do Conselho de Administração</p> <p>Elo Participações S.A. Presidente do Conselho de Administração</p> <p>Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. 14.4.2009 a 30.4.2018 - Diretor-Presidente</p> <p>Banco Bradesco Europa S.A. 13.4.2016 a 27.3.2017 - Presidente do Conselho de Administração</p> <p>Banco Bradesco Financiamentos S.A. 30.4.2009 a 27.4.2017 - Diretor-Presidente</p> <p>Bram - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários 13.4.2009 a 28.4.2017 - Diretor-Presidente</p> <p>Banco Bradescard S.A. 29.10.2009 a 25.4.2017 - Diretor-Presidente</p> <p>Banco Bradesco BERJ S.A. 14.2.2014 a 28.4.2017 - Diretor Vice-Presidente</p> <p>Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo 1º.7.2016 a 28.4.2017 - Diretor-Presidente</p> <p>Bradescard Elo Participações S.A. 26.3.2009 a 24.4.2017 - Diretor-Presidente</p> <p>Banco CBSS S.A. 22.4.2009 a 29.2.2016 - Diretor-Presidente</p> <p>BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. 13.4.2009 a 28.4.2017 - Diretor-Presidente</p> <p>Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo 1º.7.2016 a 28.4.2017 - Diretor-Presidente</p> <p>Tempo Serviços Ltda. 30.4.2009 a 27.3.2017 - Diretor-Presidente</p> <p>Ágora Corretora de Seguros S.A. 20.4.2009 a 28.4.2017 - Diretor-Presidente</p> <p>Columbus Holdings S.A. 12.3.2009 a 27.4.2017 - Diretor-Presidente</p> <p>Nova Paiol Participações Ltda. 30.4.2009 a 27.3.2017 - Diretor-Presidente</p> <p>Bradport - S.G.P.S. Sociedade Unipessoal, Lda. 27.5.2011 a 27.3.2017 - Gerente</p> <p>Bradseg Participações Ltda. Presidente do Conselho de Administração</p> <p>Fleury S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração</p> <p>Odontoprev 3.5.2019 - Presidente do Conselho de Administração</p>
Item 12.5.m.ii	-.-

CARLOS ALBERTO RODRIGUES GUILHERME

Emissor	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Vice-Presidente do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo).
Item 12.5.m.i	<p>Bradespar S.A. Setor de atividade: Emp. Adm. Part. - Extração Mineral. Cargo: Vice-Presidente do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo).</p> <p>BBD Participações S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente</p> <p>Nova Cidade de Deus Participações S.A. Diretor Vice-Presidente.</p> <p>Fundação Bradesco. Vice-Presidente da Mesa Regedora e Diretor Vice-Presidente</p> <p>Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações. Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente</p> <p>Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil. Setor de atividade: Arrendamento Mercantil. Vice-Presidente do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo).</p> <p>NCF Participações S.A. Setor de atividade: Holdings de instituições não-financeiras. Cargo: Vice-Presidente do Conselho de Administração.</p> <p>Banco Bradesco BERJ S.A. 14.2.2014 a 30.4.2018 - Diretor-Presidente</p> <p>Bradesco Saúde S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração</p> <p>BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração</p> <p>Bradseg Participações S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração</p> <p>Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi 19.3.2018 a 30.4.2019 - Diretor Geral</p>
Item 12.5.m.ii	.-

DENISE AGUIAR ALVAREZ

Emissor	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheira Não Executiva).
Item 12.5.m.i	<p>BBD Participações S.A. Membro do Conselho de Administração</p> <p>Fundação Bradesco Membro da Mesa Regedora e Diretora Adjunta</p> <p>Cidade de Deus-Companhia Comercial de Participações Membro do Conselho de Administração e Diretora</p> <p>Bradespar S.A. Membro do Conselho de Administração</p> <p>Bradseg Participações S.A. Membro do Conselho de Administração</p>
Item 12.5.m.ii	<p>Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC Membro do Conselho de Administração</p> <p>Canal Futura Membro do Conselho Consultivo</p> <p>Fundação Roberto Marinho Membro do Conselho Curador</p> <p>Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) Membro do Conselho Deliberativo</p> <p>ADC Bradesco - Associação Desportiva Classista Diretora-Presidente</p> <p>Congregação de Santa Cruz do Brasil Membro do Conselho Administrativo do Colégio Santa Cruz (caráter consultivo)</p> <p>High Level Reflection Group for Strategic Transformation – UNESCO Membro</p>

JOÃO AGUIAR ALVAREZ

Emissor	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo).
Item 12.5.m.i	Bradespar S.A. Setor de atividade: Emp. Adm. Part. - Extração Mineral. Cargo: Membro do Conselho de Administração BBD Participações S.A. Membro do Conselho de Administração Fundação Bradesco Membro da Mesa Regedora e Diretor Adjunto Cidade de Deus-Companhia Comercial de Participações Membro do Conselho de Administração e Diretor Bradseg Participações S.A. Membro do Conselho de Administração
Item 12.5.m.ii	-.-

MILTON MATSUMOTO

Emissor	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo).
Item 12.5.m.i	Bradespar S.A. Setor de atividade: Emp. Adm. Part. - Extração Mineral. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo). BBD Participações S.A. Membro do Conselho de Administração e Diretor Nova Cidade de Deus Participações S.A. Diretor. Fundação Bradesco. Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente. Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações. Membro do Conselho de Administração e Diretor. Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil. Setor de atividade: Arrendamento Mercantil. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo). NCF Participações S.A. Setor de atividade: Holdings de instituições não-financeiras. Cargo: Membro do Conselho de Administração. BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. Membro do Conselho de Administração Bradseg Participações S.A. Membro do Conselho de Administração
Item 12.5.m.ii	-.-

ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER

Emissor	Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Membro do Conselho de Administração. De janeiro de 2014 a março de 2018 exerceu a função de Diretor Vice-Presidente Executivo
Item 12.5.m.i	BBD Participações S.A. Membro do Conselho de Administração. Nova Cidade de Deus Participações S.A. Diretor. Fundação Bradesco. Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente. Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações. Membro do Conselho de Administração. Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil. Setor de atividade: Arrendamento Mercantil. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo). De 30.4.2014 a 29.4.2018 - Diretor Vice-Presidente. NCF Participações S.A. Setor de atividade: Holdings de instituições não-financeiras. Cargo: Membro do Conselho de Administração. Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi 30.4.2014 a 12.3.2018 - Diretor BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. Membro do Conselho de Administração Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo 28.4.2017 a 12.3.2018 - Diretor Geral Tempo Serviços Ltda.

	<p>29.4.2017 a 12.3.2018 – Diretor Gerente Banco Bradescard S.A. 25.4.2017 a 12.3.2018 – Diretor Gerente Banco Bradesco BBI S.A. 26.3.2014 a 12.3.2018 – Diretor Vice-Presidente Banco Bradesco BERJ S.A. 14.2.2014 a 12.3.2018 – Diretor Vice-Presidente Banco Bradesco Financiamentos S.A. 27.4.2017 a 12.3.2018 – Diretor Gerente Banco CBSS S.A. 17.4.2014 a 29.2.2016 – Diretor Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo 28.4.2017 a 12.3.2018 – Diretor Gerente BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. 28.4.2017 a 30.10.2017 – Diretor Geral Bram - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários 28.4.2017 a 30.10.2017 – Diretor Geral Bradescard Elo Participações S.A. 24.4.2017 a 12.3.2018 – Diretor Gerente Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. 28.4.2014 a 12.3.2018 – Diretor Vice-Presidente Columbus Holdings S.A. 28.4.2014 a 12.3.2018 – Diretor Nova Paol Participações Ltda. 28.4.2014 a 12.3.2018 – Diretor Bradseg Participações S.A. Membro do Conselho de Administração BBC Processadora S.A. 7.2.2012 a 31.12.2018 – Membro Efetivo do Conselho de Administração FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos 18.9.2014 a 22.3.2018 – Diretor Vice-Presidente FENABAN – Federação Nacional dos Bancos 18.9.2014 a 22.3.2018 – Diretor Vice-Presidente e Delegado Suplente junto à CONSIF</p>
Item 12.5.m.ii	<p>Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP Presidente do Conselho de Administração Fundo Garantidor de Créditos - FGC Membro Efetivo do Conselho Consultivo e Presidente do Conselho Consultivo IBCB - Instituto Brasileiro de Ciência Bancária Diretor Vice-Presidente</p>

JOSUÉ AUGUSTO PANCINI

Emissor	<p>Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Membro do Conselho de Administração (conselheiro não executivo). De janeiro de 2014 a janeiro de 2019 exerceu a função de Diretor Vice-Presidente Executivo.</p>
Item 12.5.m.i	<p>BBD Participações S.A. Membro do Conselho de Administração.</p> <p>Nova Cidade de Deus Participações S.A. Diretor.</p> <p>Fundação Bradesco. Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente.</p> <p>Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações. Setor de atividade: Holding. Cargo: Membro do Conselho de Administração.</p> <p>Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil. Setor de atividade: Arrendamento Mercantil. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo). De 30.4.2014 a 28.1.2019 exerceu o cargo de Diretor Vice-Presidente.</p> <p>NCF Participações S.A. Setor de atividade: Holdings de instituições não-financeiras. Cargo: Membro do Conselho de Administração. De 28.6.2016 a 28.1.2019 exerceu o cargo de Diretor Vice-Presidente.</p> <p>Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi 30.4.2014 a 28.1.2019 – Diretor</p> <p>Columbus Holdings S.A. 7.6.2018 a 28.1.2019 – Diretor</p> <p>Nova Paol Participações Ltda. 25.4.2017 a 28.1.2019 – Diretor Geral</p> <p>Bradseg Participações S.A. Membro do Conselho de Administração</p> <p>Banco Bradescard S.A. 25.4.2018 a 28.1.2019 – Diretor Geral</p> <p>Banco Bradesco BBI S.A. 26.3.2014 a 28.1.2019 – Diretor Vice-Presidente</p> <p>Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada 18.9.2018 a 30.4.2019 – Membro Conselho de Gerente</p> <p>Banco Bradesco BERJ S.A. 30.4.2018 a 28.1.2019 – Diretor Gerente</p> <p>Banco Bradesco Financiamentos S.A. 27.4.2017 a 28.1.2019 – Diretor Gerente</p> <p>Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo 28.4.2017 a 28.1.2019 – Diretor Gerente</p> <p>BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. 28.4.2017 a 28.1.2019 – Diretor Gerente</p> <p>Bradescard Elo Participações S.A. 24.4.2017 a 28.1.2019 – Diretor Gerente</p> <p>Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. 30.4.2018 a 28.1.2019 – Diretor Gerente</p> <p>Banco CBSS S.A. 17.4.2014 a 29.2.2016 – Diretor</p> <p>BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. Membro do Conselho de Administração</p> <p>Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo 28.4.2017 a 28.1.2019 – Diretor Gerente</p> <p>Tempo Serviços Ltda. 30.4.2018 a 28.1.2019 – Diretor Geral</p>
Item 12.5.m.ii	-,-

MAURÍCIO MACHADO DE MINAS

Emissor	<p>Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Membro do Conselho de Administração (conselheiro não executivo). De janeiro de 2014 a janeiro de 2019 exerceu a função de Diretor Vice-Presidente Executivo.</p>
Item 12.5.m.i	<p>BBD Participações S.A. Membro do Conselho de Administração.</p> <p>Nova Cidade de Deus Participações S.A. Diretor.</p> <p>Fundação Bradesco. Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente.</p> <p>Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações. Setor de atividade: Holding. Cargo: Membro do Conselho de Administração.</p> <p>Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil. Setor de atividade: Arrendamento Mercantil. Cargo: Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Não Executivo).</p> <p>NCF Participações S.A. Setor de atividade: Holdings de instituições não-financeiras. Cargo: Membro do Conselho de Administração. De 28.6.2016 a 28.1.2019 exerceu o cargo de Diretor Vice-Presidente.</p> <p>Banco Bradescard S.A. 25.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Banco Bradesco BBI S.A. 26.3.2014 a 28.1.2019 - Diretor Vice-Presidente</p> <p>Banco Bradesco BERJ S.A. 30.4.2018 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Banco Bradesco Financiamentos S.A. 27.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo 28.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Banco CBSS S.A. 17.4.2014 a 29.2.2016 - Diretor</p> <p>Bradesco Seguros S.A. 25.3.2015 a 30.3.2016 - Diretor Gerente</p> <p>BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. 28.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Bradescard Elo Participações S.A. 24.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. 30.4.2018 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. Membro do Conselho de Administração</p> <p>Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo 28.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Scopus Soluções em TI S.A. 30.4.2018 a 28.1.2019 - Diretor Geral</p> <p>Tempo Serviços Ltda. 29.4.2017 a 28.1.2019 - Diretor Gerente</p> <p>Columbus Holdings S.A. 30.4.2018 a 28.1.2019 - Diretor Geral</p> <p>Nova Paiol Participações Ltda. 28.4.2014 a 28.1.2019 - Diretor</p> <p>Bradseg Participações S.A. Membro do Conselho de Administração</p> <p>CPM Holdings Limited Membro do Conselho de Administração</p> <p>BBC Processadora S.A. 19.7.2018 a 31.12.2018 - Vice-Presidente do Conselho de Administração</p> <p>NCR Brasil - Indústria de Equipamentos para Automação S.A. 4.10.2011 a 28.11.2019 - Membro do Conselho de Administração</p>
Item 12.5.m.ii	<p>FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos Membro do Conselho da CIAB</p>

SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR

Item 12.5.m.i	<p>Fleury S.A. Setor de atividade: medicina diagnóstica e análises clínicas. Cargo: Membro do Conselho de Administração</p> <p>Odontoprev S.A. Setor de atividade: operadora de planos odontológicos. Cargo: Membro do Conselho de Administração</p> <p>Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. Setor de atividade: serviços assistenciais. Cargo: Membro do Conselho de Administração</p> <p>Swiss RE Solutions Brasil Seguros S.A. Setor de atividade: seguros. Cargo: Membro do Conselho de Administração</p> <p>Bradesco Saúde S.A. Setor de atividade: seguro saúde. Cargo: Membro do Conselho de Administração</p>
Item 12.5.m.ii	<p>BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. Setor de atividade: ramo imobiliário. Cargo: Membro do Conselho de Administração</p> <p>Bradseg Participações S.A. Setor de atividade: sociedade de participações. Cargo: Membro do Conselho de Administração</p>
Outras Experiências	<p>Sul América Seguros Cargo: Vice-Presidente de Controle</p> <p>Sul América Aetna Seguros e Previdência Cargo: Vice-Presidente Executivo</p> <p>SBCE – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação Cargo: Membro do Conselho de Administração</p> <p>Bradesco Seguros S.A. Cargo: Diretor Vice-Presidente Executivo</p> <p>Bradesco Vida e Previdência S.A. Cargo: Diretor Vice-Presidente Executivo</p> <p>Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros Cargo: Diretor Vice-Presidente Executivo</p> <p>Bradesco Capitalização S.A. Cargo: Diretor Vice-Presidente Executivo</p> <p>Bradesco Dental S.A. Cargo: Diretor Vice-Presidente Executivo</p>

WALTER LUIS BERNARDES ALBERTONI

Emissor	<p>Banco Bradesco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Membro Efetivo do Conselho Fiscal.</p>
Item 12.5.m.i	<p>Companhia Energética de Brasília S.A. Setor de Atividade: <i>holding</i> do setor elétrico. Cargo: Conselheiro de Administração e Membro Coordenador do Comitê de Auditoria estatutário</p> <p>Indústrias Romi S.A. Setor de atividade: indústria de máquinas. Cargo: Conselheiro Fiscal</p> <p>DATAPREV S.A. Setor de atividade: análise de sistemas, programação e execução de serviços de dados. Cargo: Membro Titular do Comitê de Auditoria</p> <p>Mahle Metal Leve S.A. Setor de atividade: Autopeças. Cargo: Conselheiro Suplente de Administração</p> <p>Ser Educacional S.A. Setor de atividade: ensino superior. Cargo: Conselheiro Fiscal Suplente</p> <p>Sanepar S.A. Setor de atividade: tratamento de água e saneamento público. Cargo: Conselheiro Fiscal Suplente</p> <p>Rumo S.A. Setor de atividade: serviços logísticos de transporte ferroviário. Cargo: Conselheiro Fiscal Suplente</p> <p>Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Setor de atividade: indústria petrolífera. Cargo: Conselheiro Fiscal – 2013 a 2018</p> <p>Paranapanema S.A. Setor de atividade: produção de cobre e derivados. Cargo: Conselheiro de Administração – 2016 a 2017</p> <p>Bradespar S.A. Setor de atividade: extração mineral. De maio a julho de 2016, exerceu o cargo de membro suplente do conselho fiscal, quando tornou-se membro efetivo até abril de 2017</p> <p>Mills S.A. Setor de atividade: produtos e serviços de engenharia. Cargo: Conselheiro Suplente Fiscal</p> <p>Albertoni Sociedade de Advogados. Setor de atividade: prestação de serviços jurídicos e de consultoria. Cargo: sócio.</p>

Item 12.5.m.ii

Associação de Investidores no Mercado de Capitais - AMEC. Setor de atividade: Associação sem fins econômicos, voltada à defesa dos direitos e interesses dos acionistas minoritários e investidores. Cargo: Consultor Jurídico.

12.5. “n” - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nenhum dos membros indicados para os Conselhos está incurso nas condenações constantes dos itens i., ii. e iii. acima.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

A senhora Denise Aguiar Alvarez é irmã do senhor João Aguiar Alvarez, ambos, Membros do Conselho de Administração.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Não há.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Não há.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

A senhora Denise Aguiar Alvarez e o senhor João Aguiar Alvarez, Membros do Conselho de Administração do emissor, são filhos da senhora Lina Maria Aguiar, Membro do Conselho de Administração da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações e Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:

Observação: De acordo com o critério adotado pelo Bradesco, são consideradas subsidiárias integrais aquelas sociedades constantes do Organograma Societário que, embora o Bradesco não detenha a totalidade do capital social, na prática, são administradas como subsidiárias integrais, pelas seguintes características:

- São sociedades anônimas de capital fechado;
- Possuem participação minoritária inferior a 1%; e

- A Organização elege a totalidade dos membros dos órgãos da administração.

b) controlador direto ou indireto do emissor:

LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI						
Empresa		BBD Participações S.A.	Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações	Fundação Bradesco	NCF Participações S.A.	Nova Cidade de Deus Participações S.A.
CNPJ		07.838.611/0001-52	61.529.343/0001-32	60.701.521/0001-06	04.233.319/0001-18	04.866.462/0001-47
2017	Cargo	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente da Mesa Regeadora e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente	Diretor Vice-Presidente
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto
2018	Cargo	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente da Mesa Regeadora e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente*	Diretor Vice-Presidente
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto
2019	Cargo	Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente	Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente	Presidente da Mesa Regeadora e Diretor-Presidente	Presidente do Conselho de Administração	Diretor-Presidente
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto

Informações Complementares - Assembleia Geral Ordinária – 10.3.2020 – 16h20

DENISE AGUIAR ALVAREZ, JOÃO AGUIAR ALVAREZ

Empresa		BBD Participações S.A.	Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações	Fundação Bradesco
CNPJ		07.838.611/0001-52	61.529.343/0001-32	60.701.521/0001-06
2017	Cargo	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração e Diretor (a)	Membro da Mesa Regedora e Diretor (a) Adjunto (a)
	Obs.	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto
2018	Cargo	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração e Diretor (a)	Membro da Mesa Regedora e Diretor (a) Adjunto (a)
	Obs.	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto
2019	Cargo	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração e Diretor (a)	Membro da Mesa Regedora e Diretor (a) Adjunto (a)
	Obs.	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto

CARLOS ALBERTO RODRIGUES GUILHERME

Empresa		BBD Participações S.A.	Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações	Fundação Bradesco	NCF Participações S.A.	Nova Cidade de Deus Participações S.A.
CNPJ		07.838.611/0001-52	61.529.343/0001-32	60.701.521/0001-06	04.233.319/0001-18	04.866.462/0001-47
2017	Cargo	Membro do Conselho de Administração e Diretor	Membro do Conselho de Administração e Diretor	Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente	Membro do Conselho de Administração	Diretor
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto
2018	Cargo	Membro do Conselho de Administração e Diretor	Membro do Conselho de Administração e Diretor	Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente	Membro do Conselho de Administração	Diretor
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto
2019	Cargo	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente da Mesa Regedora e Diretor Vice-Presidente	Vice-Presidente do Conselho de Administração	Diretor Vice-Presidente
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto

Informações Complementares - Assembleia Geral Ordinária – 10.3.2020 – 16h20

MILTON MATSUMOTO

Empresa		BBD Participações S.A.	Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações	Fundação Bradesco	NCF Participações S.A.	Nova Cidade de Deus Participações S.A.
CNPJ		07.838.611/0001-52	61.529.343/0001-32	60.701.521/0001-06	04.233.319/0001-18	04.866.462/0001-47
2017	Cargo	Membro do Conselho de Administração e Diretor	Membro do Conselho de Administração	Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente	Membro do Conselho de Administração	Diretor
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto
2018	Cargo	Membro do Conselho de Administração e Diretor	Membro do Conselho de Administração	Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente	Membro do Conselho de Administração	Diretor
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto
2019	Cargo	Membro do Conselho de Administração e Diretor	Membro do Conselho de Administração e Diretor	Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente	Membro do Conselho de Administração	Diretor
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto

ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER, JOSUÉ AUGUSTO PANCINI, MAURÍCIO MACHADO DE MINAS

Empresa		BBD Participações S.A.	Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações	Fundação Bradesco	NCF Participações S.A.	Nova Cidade de Deus Participações S.A.
CNPJ		07.838.611/0001-52	61.529.343/0001-32	60.701.521/0001-06	04.233.319/0001-18	04.866.462/0001-47
2017	Cargo	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente	Diretor Vice-Presidente	Diretor
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto
2018	Cargo	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente	Membro do Conselho de Administração	Diretor
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto
2019	Cargo	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente	Membro do Conselho de Administração	Diretor
	Obs.	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
	Controlador	Indireto	Direto	Direto	Direto	Indireto

Informações sobre os indicados para o Conselho Fiscal pelas acionistas controladoras, de conformidade com os Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, nos termos do Anexo A da Instrução CVM nº 552/14.

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:		
a. nome:	Ariovaldo Pereira	João Batista de Moraes
b. data de nascimento:	16.7.1952	13.9.1957
c. profissão:	Contador	Advogado
d. CPF ou número do passaporte:	CPF 437.244.508-34	863.025.078-04
e. cargo eletivo ocupado:	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição:	10.3.2020	
g. data da posse:	nos últimos exercícios a mesma ocorreu cerca de 45 dias após a eleição (a posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil).	
h. prazo do mandato:	de 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021.	
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Não há.	
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	Sim.	
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	Sim, trata-se de Conselheiro Fiscal independente, eleito pelos Acionistas, cuja função, nos termos da legislação vigente, é fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.	
l. número de mandatos consecutivos:	4	1
m. informações sobre:		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:		
nome da empresa:	Bradespar S.A.	Bradespar S.A.
setor de atividade:	Emp. Adm. Part. – Extração Mineral	Emp. Adm. Part. – Extração Mineral
cargo:	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Efetivo do Conselho Fiscal

se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim	Sim
nome da empresa:	Elo Serviços S.A.	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN
setor de atividade:	Soluções/Meios pagto. Participações outras sociedades Licenc. de Marcas	Órgão integrante da estrutura do Ministério da Economia
cargo:	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Suplente de 10.1.2016 a 10.1.2018 (representando a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios - ABAC - indicado pela Bradesco Consórcios Ltda.)
se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não	Não
nome da empresa:	Elo Participações S.A.	-
setor de atividade:	Holding, Participação em outras sociedades	-
cargo:	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	-

se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não	-
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não possui condenação criminal	
ii. qualquer condenação em processo administrativo na CVM e as penas aplicadas	Não possui condenação em processo administrativo na CVM	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenação transitada em julgado	

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%	0%
---	------	----

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:		
a. nome:	Domingos Aparecido Maia	Nilson Pinhal
b. data de nascimento:	31.3.1952	21.1.1948
c. profissão:	Contador	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte:	CPF 714.810.018-68	CPF 221.317.958-15
e. cargo eletivo ocupado:	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição:	10.3.2020	
g. data da posse:	nos últimos exercícios a mesma ocorreu cerca de 45 dias após a eleição (a posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil).	
h. prazo do mandato:	de 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021.	
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Não há.	
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	Sim.	
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	Sim, trata-se de Conselheiro Fiscal independente, eleito pelos Acionistas, cuja função, nos termos da legislação vigente, é fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.	
l. número de mandatos consecutivos:	15	6
m. informações sobre:		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:		
nome da empresa:	-	
setor de atividade:	-	
cargo:	-	
se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	-	

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não possui condenação criminal	
ii. qualquer condenação em processo administrativo na CVM e as penas aplicadas	Não possui condenação em processo administrativo na CVM	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenação transitada em julgado	
12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	100%	0%

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

a. nome:	José Maria Soares Nunes	Renaud Teixeira	Roberto
b. data de nascimento:	11.4.1958	25.4.1943	
c. profissão:	Contador	Empresário	
d. CPF ou número do passaporte:	CPF 001.666.878-20	CPF 057.180.078-53	
e. cargo eletivo ocupado:	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal	
f. data de eleição:	10.3.2020		
g. data da posse:	Nos últimos exercícios a mesma ocorreu cerca de 45 dias após a eleição (a posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil).		
h. prazo do mandato:	de 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021.		
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Não há.		
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	Sim.		
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	Sim, trata-se de Conselheiro Fiscal independente, eleito pelos Acionistas, cuja função, nos termos da legislação vigente, é fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.		
l. número de mandatos consecutivos:	6	15	
m. informações sobre:			
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:			
nome da empresa:	-		
setor de atividade:	-		
cargo:	-		
se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	-		

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não possui condenação criminal	
ii. qualquer condenação em processo administrativo na CVM e as penas aplicadas	Não possui condenação em processo administrativo na CVM	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenação transitada em julgado	
12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	97%	0%

**Informações sobre os indicados para o Conselho Fiscal por acionistas
ordinaristas, não integrantes do bloco de controle**

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:		
a. nome:	Ivanyra Maura de Medeiros Correia	Genival Francisco da Silva
b. data de nascimento:	23.10.1967	18.11.1959
c. profissão:	Engenheira	Assessor Financeiro
d. CPF ou número do passaporte:	009.092.797-48	003.736.268-27
e. cargo eletivo ocupado:	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição:	10.3.2020	
g. data da posse:	Nos últimos exercícios a mesma ocorreu cerca de 45 dias após a eleição (a posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil).	
h. prazo do mandato:	de 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021.	
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Não há	
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	Não	
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	Sim, trata-se de Conselheiros Fiscais independentes, indicados por acionistas não controladores, detentores de ações ordinárias, cuja função, nos termos da legislação vigente, é fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.	
l. número de mandatos consecutivos:	1	1
m. informações sobre:		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:		
nome da empresa:	<ul style="list-style-type: none"> Zurich Seguros. Setor de Atividade: Seguradora. Cargos: Diretora 	<ul style="list-style-type: none"> Sócio da Golfox Assessoria Empresarial e Participações Ltda.;
setor de atividade:		
cargo:		

<p>se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>estatutária responsável junto à SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) da Zurich Minas Brasil Seguros, Zurich Brasil Capitalização e Zurich Previdência, Conselheira de Administração da Zurich Resseguradora.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Penske Logistics. Setor de Atividade: Serviços e soluções de cadeia de suprimentos. Cargo: Diretora Administrativa Financeira, para América Latina e Ásia. • FNAC. Setor de Atividade: Varejo/Livraria. Cargo: Diretora Administrativa e Financeira da subsidiária brasileira. • Bank of America. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Vice-presidente América Latina. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ex-Membro do Conselho de Administração da Finders Empreendimentos e Participações (Holding do Banco Ficsa); • Ex-Membro do Conselho Fiscal da Anhembí Morumbi; • Ex-Membro do Conselho Fiscal da Azevedo e Travassos Engenharia; e • Ex-Membro do Conselho de Administração do Banco da Amazônia.
<p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) Conselheira de Administração, indicada pelo Ministério da Fazenda (membro independente)</p>	<p>Não se aplica</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>		
<p>i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não possui condenação criminal</p>	
<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo na CVM e as penas aplicadas</p>	<p>Não possui condenação em processo administrativo na CVM</p>	
<p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>Não possui condenação transitada em julgado</p>	

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	97%	0%
--	-----	----

Informações dos indicados para o Conselho Fiscal por acionistas preferencialistas, não integrantes do bloco de controle

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:		
a. nome:	Cristiana Pereira	Reginaldo Alexandre Ferreira
b. data de nascimento:	14.2.1971	7.3.1959
c. profissão:	Economista	Economista
d. CPF ou número do passaporte:	120.701.098-79	003.662.408-03
e. cargo eletivo ocupado:	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição:	10.3.2020	
g. data da posse:	Nos últimos exercícios a mesma ocorreu cerca de 45 dias após a eleição (a posse ocorre apenas após a homologação pelo Banco Central do Brasil).	
h. prazo do mandato:	de 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021.	
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Não há.	
j. se foi eleito pelo controlador ou não:	Não	
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	Sim, trata-se de Conselheiros Fiscais independentes, indicados por acionistas detentores de ações preferenciais, cuja função, nos termos da legislação vigente, é fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.	
l. número de mandatos consecutivos:	Não era membro no último exercício	3
m. informações sobre:		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:		
nome da empresa:		
setor de atividade:		

<p>cargo:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ACE Governance. Setor de Atividade: Consultoria. Cargo: Sócia; • CESAR, Instituto de Inovação de Recife. Setor de Atividade: Centro de Pesquisa. Cargo: Membro do Conselho de Administração. • B3 - Brasil, Bolsa e Balcão. Setor de Atividade: Bolsa de Valores. Cargo: Listing and Companies Relations Officer from 2010 to 2017. 	<ul style="list-style-type: none"> • BRF S.A. Setor de atividade: Indústria alimentícia. Cargo: Membro Efetivo do Conselho Fiscal (2015 e 2016). • Iochpe-Maxion S.A. Setor de atividade: autopeças. Cargo: Membro Efetivo do Conselho Fiscal (2013 a 2017). • Paranapanema S.A. Setor de atividade: Mineração e Metalurgia. Cargo: Membro do Comitê de Auditoria (2017). • ProxyCon Consultoria Empresarial - Setor de atividade: atividades de assessoria e prestação de serviços nas áreas de mercado de capitais, finanças e governança corporativa. Cargo: Diretor (2003 a 2017). • Aliansce Shopping Centers S.A. Setor de atividade: Desenvolvedora de shopping centers. Cargo: Membro do Conselho Fiscal (2014 e 2015). • Movida S.A. Setor de atividade: aluguel de veículos. Cargo: Membro do Conselho Fiscal (2017). • Paraná Banco S.A. Setor de atividade: Bancos. Cargo: Membro do Conselho Fiscal (2011 a 2015). • Unipar Carbocloro S.A. Setor de atividade: companhia petroquímica. Cargo: Membro do Conselho Fiscal (2012, 2013 e 2015). • Indústrias Romi S.A. Setor de atividade: bens de capital. Cargo: Membro suplente do Conselho Fiscal (2015). • Grazziotin S.A. Setor de atividade: Varejo. Cargo: Membro suplente do Conselho Fiscal (2015). • SLC Agrícola S.A. - Setor de atividade: Produção agrícola. Cargo: Membro suplente do Conselho Fiscal (2013 a 2015). • Cia. de Saneamento do Paraná – SANEPAR S.A. Setor de atividade: Saneamento e abastecimento de água. Cargo: Membro Efetivo do Conselho Fiscal. • Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Setor de atividade: Petróleo e Gás. Cargo: Membro Efetivo do Conselho Fiscal (2013 a 2018). • Ser Educacional S.A. Setor de atividade: Cursos superiores e de pós graduação. Cargo: Membro Efetivo do Conselho Fiscal. • CPFL Energia S.A. Setor de atividade: distribuição, comercialização e fornecimento de energia elétrica. Cargo: Membro Suplente do Conselho Fiscal • Mahle Metal Leve S.A. Setor de atividade: autopeças. Cargo: Membro Titular do Conselho de Administração. • Cia. Energética de Brasília – CEB. Setor de atividade: Energia. Cargo: Membro Efetivo do Conselho Fiscal. • Rumo S.A. Setor de atividade: Logística. Cargo: Membro Efetivo do Conselho Fiscal. • B3 - Brasil, Bolsa e Balcão. Setor de Atividade: Bolsa de Valores. Cargo: Membro do Comitê de Governança das Estatais.
----------------------	---	---

se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	<ul style="list-style-type: none">•	<ul style="list-style-type: none">• CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis: Membro do Comitê Especial de Governança Corporativa e Vice Coordenador de Relações Institucionais .• Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM: Membro do Conselho Fiscal.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não possui condenação criminal	
ii. qualquer condenação em processo administrativo na CVM e as penas aplicadas	Não possui condenação em processo administrativo na CVM	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenação transitada em julgado	
12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não era membro no último exercício	0%

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**a) Objetivos da política ou prática de remuneração informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Em 2012, o Bradesco adequou sua política de remuneração de administradores, sendo aprovada pelo Conselho de Administração em Reunião Extraordinária de 06/02/2012, de modo a refletir os objetivos traçados pela Resolução nº 3.921/10 do CMN, o que ensejou, a partir daquele ano, no pagamento de parte do montante aprovado na AGO como remuneração variável. Sua política objetiva:

- assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, baseando-se nas responsabilidades dos Administradores, que decorrem dos cargos que ocupam e das funções que desempenham; no tempo dedicado às suas funções; na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e no valor de seus serviços no mercado;
- propiciar o alinhamento entre as práticas de remuneração dos Administradores e os interesses da Organização, de maneira que as decisões tomadas sejam as melhores possíveis, buscando criar valor para seus acionistas e investidores; e
- garantir que a prática de remuneração esteja relacionada com objetivos que busquem a valorização da Organização, não incentivando comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas.
- A Política de Remuneração fica disponível no site:

<https://www.bradescori.com.br/siteBradescoRI/Paginas/governancacorporativa/141-estatuto-politicas.aspx?AbaSelecionada=2>.

b) Composição da remuneração, indicando:**i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles****a) Conselho de Administração e Diretoria**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria está consubstanciada em Remuneração Fixa, representada por Remunerações Mensais fixadas para o período de vigência do seu mandato, e Remuneração Variável, fundamentada nos critérios de metas e indicadores de desempenho, atribuída de acordo com o critério de múltiplas Remunerações Mensais, até o limite autorizado pela Assembleia de Acionistas.

Ainda, anualmente, é submetida à aprovação da Assembleia de Acionistas proposta de verba para custear o Plano de Previdência dos Administradores, cujos valores

estão destacados no item 13.2, como benefícios pós-emprego, o qual tem por objetivo assegurar o comprometimento dos administradores com o desenvolvimento presente e futuro das atividades da Companhia, isto é, a sua atuação com foco na perenidade dos negócios e na criação de valor a longo prazo.

Por força do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 3/2019, estamos indicando no item 13.2, nos anos de 2019, 2018 e 2017, os valores correspondentes às contribuições para o INSS pagas pelo Bradesco e reconhecidas em seu resultado.

b) Conselho Fiscal

A remuneração dos Membros Efetivos do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral que os elege e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração mensal que, em média, for atribuída a cada Diretor, como remuneração fixa, não computados, nos termos da legislação vigente, benefícios, verbas de representação e participação nos lucros da Sociedade, a qualquer título.

c) Comitê de Auditoria

A remuneração dos Membros do Comitê de Auditoria é representada por remunerações mensais fixadas para o período de vigência do seu mandato, com exceção de um membro que somente recebe remuneração como membro do Conselho de Administração, e tem por objetivo retribuir a contribuição pela atuação de cada membro no assessoramento do Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis da Sociedade e de suas controladas, bem como na indicação e avaliação da efetividade da auditoria independente.

Outro fator importante na definição da remuneração é que os membros do Comitê devem possuir alta capacitação técnica para o exercício do cargo e, pelo menos um deles, deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria de instituições financeiras, que o qualifique para a função, comprovando o elevado grau de especialização dele exigido, inclusive pelos órgãos reguladores.

d) Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração, por definição do Estatuto Social, é composto por membros escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração da Sociedade, e também, conforme determina a Resolução nº 3.921/10, por 1 (um) membro não administrador. Não são remunerados pelo exercício do cargo de membro do Comitê de Remuneração, os integrantes do Conselho de Administração e o membro não administrador quando funcionário da Organização. Não sendo funcionário, quando nomeado, o membro tem sua remuneração estipulada pelo Conselho de Administração, de acordo com parâmetros de mercado. Nenhum Administrador da Organização é remunerado pelas funções que exercer em comitês da Organização.

e) Demais Comitês

Os membros dos demais comitês são remunerados apenas pelas funções que exercerem nos órgãos de administração ou áreas executivas nas quais atuam na Organização. Nenhum Administrador da Organização é remunerado pelas funções que exercer nos referidos comitês.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A remuneração dos Administradores está consubstanciada em Remuneração Fixa, representada por Remunerações Mensais fixadas para o período de vigência do seu mandato, e Remuneração Variável, atribuída de acordo com o critério de múltiplas Remunerações Mensais, fundamentada nos critérios de metas e indicadores de desempenho, até o limite autorizado pela Assembleia de Acionistas.

Destacamos que a(o) proporção/percentual de cada elemento na remuneração total não é fixa(o), podendo variar anualmente.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Remuneração Fixa Anual ⁽¹⁾	Remuneração Variável ⁽²⁾	Benefício Pós-Emprego ⁽³⁾	Total
Conselho de Administração	20,7%	42,8%	36,5%	100,0%
Diretoria	21,5%	42,0%	36,5%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Comitê de Auditoria	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Remuneração Fixa Anual ⁽¹⁾	Remuneração Variável ⁽²⁾	Benefício Pós-Emprego ⁽³⁾	Total
Conselho de Administração	23,6%	30,5%	45,9%	100,0%
Diretoria	26,2%	28,0%	45,8%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Comitê de Auditoria	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Remuneração Fixa Anual ⁽¹⁾	Remuneração Variável ⁽²⁾	Benefício Pós-Emprego ⁽³⁾	Total
Conselho de Administração	25,8%	29,4%	44,8%	100,0%
Diretoria	26,6%	27,6%	45,8%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Comitê de Auditoria	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%

- (1) A(o) proporção/percentual destacada(o) na coluna Remuneração Fixa Anual engloba o valor do INSS reconhecido no resultado da Sociedade;
- (2) A(o) proporção/percentual destacada(o) na coluna Remuneração Variável engloba o valor do INSS reconhecido no resultado da Sociedade; e
- (3) Os valores correspondentes a benefícios pós-emprego referem-se ao Plano de Previdência dos Administradores.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração e Diretoria

- **Remuneração Fixa ou Honorário Mensal:** remunerações fixas mensais estabelecidas para o período de vigência do mandato do Administrador.
- **Remuneração Variável:** valor atribuído aos Administradores, a título de remuneração por desempenho, adicionalmente à Remuneração Fixa, fundamentado nos critérios de metas e indicadores de desempenho. Cabe destacar que o total da Remuneração Variável será pago em data a ser definida pelo Conselho de Administração, sendo que, 50% do valor líquido da Remuneração Variável será destinado à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. (Ações PNB BBD) e/ou de ações PN de emissão do Bradesco (Ações PN Bradesco), as quais ficam gravadas e indisponíveis (“Ações Restritas”). As Ações Restritas tornam-se disponíveis em 3 (três) parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela um ano após a data da aquisição das ações.
- **Montante Global:** compreende o total da remuneração (remunerações fixas e remuneração variável).

Para a definição do montante global da remuneração, a Organização observa os seguintes critérios:

1. **Comitê de Remuneração da Organização:** propõe ao Conselho de Administração o Montante Global da remuneração (Remuneração Mensal e Remuneração Variável). O pagamento da Remuneração Variável observará os critérios de metas e indicadores de desempenho a serem estabelecidos e será limitado ao Montante Global, a ser distribuído aos Administradores.

Para a definição do Montante Global da remuneração (Remunerações Mensais e Remuneração Variável), o Comitê de Remuneração deverá observar os seguintes aspectos:

- porte e resultado da empresa comparativamente aos seus concorrentes;
- conjuntura econômica nacional e internacional, considerando os cenários passado, presente e futuro;
- fatores internos e externos que possam afetar os negócios da Organização (riscos correntes e potenciais); e
- desempenho global da Organização, envolvendo o lucro recorrente realizado e capacidade de geração de fluxos de caixa.

O Comitê de Remuneração utilizará outros indicadores quando julgar necessário e adequado. Ainda, será municiado de estudos, avaliações, levantamentos e outros subsídios elaborados pelas áreas técnicas, tais como o DEPEC – Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos, DC – Departamento de Controladoria, Contadoria Geral e DCIR – Departamento de Controle Integrado de Riscos, além de outras dependências que julgar conveniente.

2. **Conselho de Administração:** órgão máximo de gestão da Organização, a quem compete avaliar as propostas do Comitê de Remuneração e sobre elas deliberar.
3. **Assembleia Geral de Acionistas:** compete à Assembleia Geral de Acionistas aprovar o Montante Global da remuneração da Sociedade.

Após cumpridas todas as etapas de determinação e aprovação do Montante Global da remuneração, compete ao Conselho de Administração do Bradesco definir a remuneração de cada um de seus Administradores, composta por Remuneração Mensal e, mediante cumprimento de critérios de metas e indicadores estabelecidos, Remuneração Variável.

Comitê de Auditoria

O processo de cálculo e de reajuste da remuneração do Comitê de Auditoria inicia-se no âmbito do Comitê de Remuneração.

O Conselho de Administração, por sua vez, avalia as recomendações e propostas desse Comitê e define o valor do honorário de cada membro integrante do Comitê.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A estrutura de remuneração dos administradores do Bradesco, composta por remuneração fixa (honorários mensais) e remuneração variável (múltiplos honorários fixos), em consonância com as diretrizes estabelecidas em sua Política de Remuneração dos Administradores, a qual leva em consideração as regras emanadas da Resolução CMN nº 3.921/10, e, adicionalmente, o benefício pós-emprego em Plano de Previdência Complementar, buscam alinhar os interesses dos administradores com os projetos e resultados do Bradesco.

Além disso, a composição da remuneração e o benefício pós-emprego estão fundamentados no alinhamento da gestão com os resultados e riscos de curto, médio e longo prazos da Companhia, bem como se justificam como meio para manter administradores de alta qualidade e notório conhecimento nos quadros do Bradesco.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Processo de avaliação corporativa

A uniformidade no tratamento das áreas de trabalho é uma das chaves para a eficácia da Organização, como modo de inibir propensões ao individualismo, mantendo um ambiente mais favorável ao trabalho em equipe.

A Organização mantém uma cultura de gestão colegiada, na qual todas as decisões relevantes, de negócios ou administrativas são tomadas por meio de comitês compostos, principalmente, por Administradores.

Desse modo, mesmo com o estabelecimento de metas e objetivos para todas as áreas, individualmente, para efeito de remuneração prevalece o desempenho global da Organização, sem distinção de área, seja ela considerada de suporte ou de negócios, técnica ou de relacionamento.

Esse desempenho global, denominado na Norma Corporativa como Processo de Avaliação Corporativa, leva em consideração resultado de indicadores de desempenho, conforme abaixo definido:

- ROAE – (*Return On Equity* – Ajustado) – Retorno sobre Patrimônio;
- Índice de Satisfação de Clientes Global;
- Índice de Basileia – Nível I;
- IEO – Índice de Eficiência Operacional;
- Dimensão Social e Ambiental de Índices de Mercado; e
- Índice de Cobertura.

Processo de avaliação individual

O desempenho individual dos Administradores, bem como de suas correspondentes áreas, é acompanhado pelos seus respectivos superiores, conforme processo de avaliação formal, obedecidos os requisitos da Resolução nº 3.921/10.

Para o processo formal de avaliação, são definidos os indicadores específicos para avaliação das áreas e para avaliação individual, conforme as funções do Administrador, considerando as áreas voltadas a negócios, áreas de controles e demais áreas de apoio.

Para avaliação das áreas, são considerados, no mínimo, os seguintes grupos de indicadores:

- a) ações da atividade principal: são indicadores que remetem a metas e objetivos das principais atividades da área;

- b) ações voltadas à eficiência operacional: são indicadores que medem a eficiência operacional, de forma a maximizar seus resultados com uso mínimo de recursos;
- c) ações voltadas à gestão de riscos: são indicadores corporativos que medem exposição a riscos e de controles internos, devidamente acompanhados pela Área responsável (Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR);
- d) ações voltadas ao atendimento a clientes: são indicadores que avaliam os resultados/níveis de satisfação de clientes internos e/ou externos; e
- e) ações voltadas a aspectos socioambientais: são indicadores que avaliam o grau de aderência dos objetivos da área aos aspectos socioambientais.

Para avaliação individual, são considerados, no mínimo, os seguintes indicadores:

- a) qualidade dos produtos/serviços: visa avaliar os padrões de qualidade dos produtos/serviços oferecidos/prestados de acordo com a área do Administrador avaliado;
- b) comprometimento com a estratégia: visa avaliar se a sua atuação refletiu positivamente com contribuições relevantes ao Planejamento Estratégico no período;
- c) participação em decisões colegiadas: visa avaliar a participação ativa em reuniões e comitês convocados, com posicionamentos que contribuíssem para as decisões submetidas;
- d) liderança da equipe: avalia o processo de gestão da equipe;
- e) planejamento: avalia a capacidade de planejar a atuação de sua área a médio e longo prazos;
- f) visão global: avalia, principalmente, a visão dos Administradores sobre as tendências futuras para o atendimento das demandas de mercado; e
- g) aplica-se ao Conselho de Administração e seus respectivos membros, no que couber, os indicadores relacionados acima.

As avaliações de desempenho dos Administradores das áreas de controle interno e de gestão de riscos devem ser baseadas na realização dos objetivos de suas próprias funções e não especificamente no desempenho global da Organização. Consideram-se áreas de controle interno e de riscos no âmbito da Organização, o Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR e o Departamento de Inspeção Geral – IGL, bem como as áreas afins das demais empresas da Organização.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Cabe ao Conselho de Administração depois de cumpridas todas as etapas de definição e aprovação do Montante Global, definir o valor da remuneração de cada um dos Administradores, observadas as seguintes regras:

- i. uniformidade de remuneração entre membros de mesma hierarquia (cargo), podendo haver diferenciação em decorrência do tempo no cargo, experiência, formação acadêmica ou outro diferencial que o Conselho de Administração julgue conveniente;
- ii. parte do Montante Global aprovado será distribuída em parcelas fixas mensais e iguais no decorrer da vigência do mandato do Administrador, observado o disposto acima, denominada Remuneração Mensal; e
- iii. parte restante do Montante Global poderá ser distribuída como Remuneração Variável, mediante proposta do Comitê de Remuneração, que observará os critérios de metas e indicadores de desempenho estabelecidos.

Com base na avaliação e na proposta do Comitê de Remuneração, o Conselho de Administração definirá o montante da Remuneração Variável que será paga aos Administradores, que corresponderá a múltiplos iguais da Remuneração Mensal a que cada Administrador estiver recebendo na data da deliberação pelo pagamento da Remuneração Variável.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Uma das diretrizes da Política de Remuneração de Administradores é garantir que a prática de remuneração esteja relacionada a objetivos que busquem a valorização da Organização Bradesco e do indivíduo, não incentivando comportamentos que elevem a exposição a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela Organização Bradesco.

Em vista disso, por meio do pagamento da remuneração fixa o Bradesco procura, no curto prazo, alinhar os interesses dos administradores aos seus.

Visando a incentivar o alinhamento dos interesses a médio prazo, o Bradesco pode efetuar o pagamento de remuneração variável a seus administradores, conforme item 13.1.d.iii do Formulário de Referência, que será deliberado após a verificação da satisfação de determinados indicadores.

O pagamento da remuneração variável será realizado mediante o recebimento de 50% (cinquenta por cento) em dinheiro e de 50% (cinquenta por cento) destinado à aquisição de ações PN de emissão do Bradesco ou de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. (sociedade integrante do grupo de controle do Bradesco), as quais ficam gravadas e indisponíveis ("Ações Restritas"), tornando-se disponíveis em 3 (três) parcelas iguais, anuais e sucessivas.

As Ações Restritas detidas pelos administradores estão sujeitas a ajustes caso haja redução significativa do lucro recorrente realizado do Bradesco, ou caso o resultado financeiro seja negativo, durante o período de diferimento.

Adicionalmente, os administradores fazem jus a um Plano de Previdência que tem por fim assegurar a sua atuação em consonância com a perenidade dos negócios e a criação de valor a longo prazo para a Companhia. Essa sistemática vincula os administradores a uma gestão cautelosa e em consonância com os riscos de longo prazo, levando ao incremento dos valores distribuídos para os acionistas da Companhia.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

I. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A estrutura de governança responsável por gerir e garantir o cumprimento da Política de Remuneração é exercida pelos seguintes Órgãos e suas atribuições:

- **Comitê de Remuneração da Organização Bradesco**, (i) analisa o resultado das avaliações de desempenho, a fim de propor o pagamento de Remuneração Variável para deliberação pelo Conselho de Administração; (ii) propõe ao Conselho de Administração o Montante Global da remuneração (Honorário Mensal e Remuneração Variável) a ser distribuído aos Administradores de cada empresa da Organização; e (iii) propõe ao Conselho de Administração, o pagamento de Remuneração Variável aos Administradores de cada empresa da Organização.
- **Conselho de Administração**, avalia as propostas do Comitê de Remuneração e sobre elas deliberar.
- **Assembleia Geral de Acionistas/Reunião de Sócios Cotistas**, aprova o Montante Global da remuneração da sociedade.

II. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

As diretrizes estabelecidas na Política de Remuneração, estão em conformidade com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, observando as seguintes regras:

- garantir o estabelecimento da prática de remuneração a todos os Administradores da Organização, o que compreende os Membros do Conselho de Administração e da Diretoria, mantendo a uniformidade de remuneração entre os membros da mesma hierarquia (cargo), podendo haver diferenciação em decorrência do tempo no cargo, experiência, formação acadêmica ou outro diferencial que o Conselho de Administração julgue conveniente. A remuneração é distribuída em parcelas fixas mensais;
- assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, cabendo ao Conselho de Administração e aos competentes Órgãos de Administração, definir o valor da remuneração de cada um dos administradores, baseando-se: (i) nas responsabilidades dos Administradores, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) no valor de seus serviços no mercado;
- propiciar o alinhamento entre as práticas de remuneração dos Administradores e os interesses da Organização, de maneira que as decisões tomadas sejam as melhores possíveis, buscando criar valor para os seus acionistas e investidores; e
- garantir que a prática de remuneração esteja relacionada com objetivos que busquem a valorização da Organização, não incentivando comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas.

III. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

Anualmente.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social Corrente (2020) - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	94,00	5,00	109,00
Nº de membros remunerados	10,00	94,00	5,00	109,00
Remuneração fixa anual	28.248.500,00	177.946.195,00	1.323.000,00	207.517.695,00
Salário ou pró-labore	23.060.000,00	145.262.200,00	1.080.000,00	169.402.200,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	5.188.500,00	32.683.995,00	243.000,00	38.115.495,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valor estimado do INSS da Sociedade			-
Remuneração variável	48.902.000,00	376.903.305,00	-	425.805.305,00
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	48.902.000,00	376.903.305,00	-	425.805.305,00
Descrição de outras remunerações variáveis	<p>Do total da remuneração variável, R\$ 8.982.000,00 referem-se ao valor estimado da contribuição previdenciária ao INSS.</p> <p>Dos R\$ 39.920.000,00 restantes do total da remuneração variável, fundamentada nos critérios de metas e indicadores de desempenho, 50% do valor líquido será destinado à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. (Ações PNB BBD) e/ou de ações PN de emissão do Bradesco (Ações PN Bradesco), e tomar-se-ão disponíveis em 3 (três) parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no ano subsequente da data do efetivo pagamento.</p> <p>Do total da remuneração variável, R\$ 69.227.137,65 referem-se ao valor estimado da contribuição previdenciária ao INSS.</p> <p>Dos R\$ 307.676.167,35 restantes do total da remuneração variável, fundamentada nos critérios de metas e indicadores de desempenho, 50% do valor líquido será destinado à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. (Ações PNB BBD) e/ou de ações PN de emissão do Bradesco (Ações PN Bradesco), e tomar-se-ão disponíveis em 3 (três) parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no ano subsequente da data do efetivo pagamento.</p>			-
Pós-emprego	13.827.320,00	349.172.680,00	-	363.000.000,00
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	Os valores correspondentes a benefícios pós-emprego referem-se ao Plano de Previdência dos Administradores mencionado no item 13.10.			-
Total da remuneração	90.977.820,00	904.022.180,00	1.323.000,00	996.323.000,00

Informações Complementares - Assembleia Geral Ordinária – 10.3.2020 – 16h20

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,83	94,08	5,00	106,91
Nº de membros remunerados	7,83	94,08	5,00	106,91
Remuneração fixa anual	43.769.250,00	169.010.738,75	1.323.000,00	214.102.988,75
Salário ou pró-labore	35.730.000,00	137.967.950,00	1.080.000,00	174.777.950,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	8.039.250,00	31.042.788,75	243.000,00	39.325.038,75
Descrição de outras remunerações fixas	Valor do INSS reconhecido no resultado da Sociedade			-
Remuneração variável	90.492.465,00	328.727.546,25	-	419.220.011,25
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	90.492.465,00	328.727.546,25	-	419.220.011,25
Descrição de outras remunerações variáveis	Do total da remuneração variável, R\$ 16.621.065,00 referem-se ao valor da contribuição previdenciária ao INSS reconhecido no resultado da Sociedade. Dos R\$ 57.250.335,00 restantes do total da remuneração variável, 50% do valor líquido foi destinado à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. (Ações PNB BBD) e/ou de ações PN de emissão do Bradesco (Ações PN Bradesco), as quais ficaram gravadas e indisponíveis ("Ações Restritas"), tornando-se disponíveis em 3 (três) parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no ano subsequente da data do efetivo pagamento.			-
Pós-emprego	77.176.620,00	285.823.380,00	-	363.000.000,00
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	Os valores correspondentes a benefícios pós-emprego referem-se ao Plano de Previdência dos Administradores mencionado no item 13.10.			-
Total da remuneração	211.438.335,00	783.561.665,00	1.323.000,00	996.323.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,67	91,92	5,00	104,59
Nº de membros remunerados	6,50	91,92	5,00	103,42
Remuneração fixa anual	23.501.625,00	171.393.746,89	1.323.000,00	196.218.371,89
Salário ou pró-labore	19.185.000,00	139.913.262,77	1.080.000,00	160.178.262,77
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	4.316.625,00	31.480.484,12	243.000,00	36.040.109,12
Descrição de outras remunerações fixas	Valor do INSS reconhecido no resultado da Sociedade			-
Remuneração variável	30.318.750,00	183.211.016,77	-	213.529.766,77
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	30.318.750,00	183.211.016,77	-	213.529.766,77
Descrição de outras remunerações variáveis	Do total da remuneração variável, R\$ 5.568.750,00 referem-se ao valor da contribuição previdenciária ao INSS reconhecido no resultado da Sociedade. Dos R\$ 24.750.000,00 restantes do total da remuneração variável, 50% do valor líquido foi destinado à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. (Ações PNB BBD) e/ou de ações PN de emissão do Bradesco (Ações PN Bradesco), as quais ficaram gravadas e indisponíveis ("Ações Restritas"), tornando-se disponíveis em 3 (três) parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no ano subsequente da data do efetivo pagamento.			-
Pós-emprego	45.582.750,00	299.417.250,00	-	345.000.000,00
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	Os valores correspondentes a benefícios pós-emprego referem-se ao Plano de Previdência dos Administradores mencionado no item 13.10.			-
Total da remuneração	99.403.125,00	654.022.013,66	1.323.000,00	754.748.138,66

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,75	88,00	5,00	100,75
Nº de membros remunerados	7,00	88,00	5,00	100,00
Remuneração fixa anual	20.561.625,00	179.785.532,50	1.323.000,00	201.670.157,50
Salário ou pró-labore	16.785.000,00	146.763.700,00	1.080.000,00	164.628.700,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	3.776.625,00	33.021.832,50	243.000,00	37.041.457,50
Descrição de outras remunerações fixas	Valor do INSS reconhecido no resultado da Sociedade			-
Remuneração variável	23.373.918,75	186.653.923,75	-	210.027.842,50
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	23.373.918,75	186.653.923,75	-	210.027.842,50
Descrição de outras remunerações variáveis	Do total da remuneração variável, R\$ 4.293.168,75 referem-se ao valor da contribuição previdenciária ao INSS reconhecido no resultado da Sociedade. Dos R\$ 19.080.750,00 restantes do total da remuneração variável, 50% do valor líquido foi destinado à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. (Ações PNB BBD) e/ou de ações PN de emissão do Bradesco (Ações PN Bradesco), as quais ficaram gravadas e indisponíveis ("Ações Restritas"), tomando-se disponíveis em 3 (três) parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no ano subsequente da data do efetivo pagamento.			-
Pós-emprego	35.604.000,00	309.396.000,00	-	345.000.000,00
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	Os valores correspondentes a benefícios pós-emprego referem-se ao Plano de Previdência dos Administradores mencionado no item 13.10.			-
Total da remuneração	79.539.543,75	675.835.456,25	1.323.000,00	756.698.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

- a) **órgão** (vide tabela em “d.ii” abaixo)
- b) **número total de membros** (vide tabela em “d.ii” abaixo)
- c) **número de membros remunerados** (vide tabela em “d.ii” abaixo)
- d) **em relação ao bônus:**

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

O Bradesco não estabelece valor mínimo no plano de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Valor máximo previsto no plano de remuneração para o exercício corrente:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de membros	10	94	5	109
Nº de membros remunerados	10	94	5	109
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	48.902.000,00	376.903.305,00	-	425.805.305,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	-	-	-

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

O Bradesco não estabelece valor de remuneração associado automaticamente ao atingimento de metas para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

Portanto, mesmo com o estabelecimento de metas e objetivos para todas as áreas, individualmente, para efeito de remuneração prevalece o desempenho global da Organização, sem distinção de área, seja ela considerada de suporte ou de negócios, técnica ou de relacionamento.

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos três últimos exercícios sociais

Remuneração total do exercício social de 2019 – valores anuais

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de membros	7,83	94,08	5,00	106,91
Nº de membros remunerados	7,83	94,08	5,00	106,91
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	90.492.465,00	328.727.546,25	-	419.220.011,25
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Remuneração total do exercício social de 2018 – valores anuais

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
-------	---------------------------	-----------------------	-----------------	-------

Nº Total de membros	7,67	91,92	5	104,59
Nº de membros remunerados	6,5	91,92	5	103,42
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	30.318.750,00	183.211.016,77	-	213.529.766,77
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Remuneração total do exercício social de 2017 – valores anuais

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de membros	7,75	88	5	100,75
Nº de membros remunerados	7	88	5	100
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	23.373.918,75	186.653.923,75	-	210.027.842,50
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

e) em relação à participação no resultado:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

O Bradesco não estabelece valor a título de participação no resultado no plano de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

O Bradesco não estabelece valor a título de participação no resultado no plano de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

O Bradesco não estabelece valor a título de participação no resultado no plano de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

O Bradesco não estabelece valor a título de participação no resultado no plano de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O Bradesco não possui plano de remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

Em consonância com a Resolução nº 3.921/10, no pagamento de Remuneração Variável, em função do processo de avaliação corporativa e mediante atingimento de metas de desempenho, 50% do valor líquido pago ao Administrador será destinado à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. (Ações PNB BBD) e/ou de ações PN de emissão do Bradesco (Ações PN Bradesco), as quais ficarão gravadas e indisponíveis ("Ações Restritas"). As Ações Restritas tornar-se-ão disponíveis em 3 (três) parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela um ano após a data da aquisição das ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Em consonância com a Resolução nº 3.921/10, no pagamento de Remuneração Variável, em função do processo de avaliação corporativa e mediante atingimento de metas de desempenho, 50% do valor líquido pago ao Administrador será destinado à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. (Ações PNB BBD) e/ou de ações PN de emissão do Bradesco (Ações PN Bradesco), as quais ficarão gravadas e indisponíveis ("Ações Restritas"). As Ações Restritas tornar-se-ão disponíveis em 3 (três) parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela um ano após a data da aquisição das ações.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

O Bradesco não possui plano de remuneração baseado em opções de ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

O Bradesco não possui plano de remuneração baseado em opções de ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

O Bradesco não possui plano de remuneração baseado em ações (inclusive em opções de ações) para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

O pagamento da remuneração variável dos administradores é contabilizado em despesas de pessoal com recolhimento de encargos sociais (INSS) e reconhecido no próprio exercício. Do total líquido (após descontos legais) creditado em conta corrente do administrador, é debitado 50% para aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. (Ações PNB BBD) e/ou de ações PN de emissão do Bradesco (Ações PN Bradesco), que ficam gravadas em seu nome e indisponíveis para negociação, e liberadas 1/3 a cada ano nos exercícios seguintes.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Órgão	Bradesco		Cidade de Deus	BBD Participações			Bradespar	
	ON	PN	ON	ON	PN	PNB	ON	PN
Conselho de Administração	22.035.273	40.381.427	347.369.894	50.936.623	1.193.036	1.509.369	465.120	1.083.560
Diretoria	62.260	1.503.326	-	26.529.914	13.018.782	4.279.851	-	431
Conselho Fiscal	2.180	125.862	-	-	-	-	3.284	39.192

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**a) órgão**

Vide tabela 13.10

b) número de membros

Vide tabela 13.10

c) número de membros remunerados

Vide tabela 13.10

d) nome do Plano

Plano de Previdência da Organização Bradesco

e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

Vide tabela 13.10

f) condições para se aposentar antecipadamente

Caso o participante tenha idade superior a 55 anos, ao se desligar da Organização, estiver aposentado pelo INSS e tiver permanecido no Plano por 10 ou mais anos, poderá optar pelo recebimento de Renda Mensal Imediata, proporcional, resultante do montante acumulado na conta individual do participante (contribuições da empresa e do participante).

g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Vide tabela 13.10

h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Vide tabela 13.10

i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Há possibilidade de resgate antecipado após período de carência de um ano civil completo, contado a partir do primeiro dia útil do mês de janeiro do ano subsequente ao da contribuição, observadas as normas que regem a matéria.

Tabela 13.10

Órgão (Item "a")	Nº de membros (Itens "b e c")				Item "e"	Item "g"	Item "h"
	Nº Total de membros	Nº de membros remunerados	Aposentados	Ativos		R\$	R\$
Conselho de Administração	7,83	7,83	6	2	-	283.120.661,80	77.176.620,00
Diretoria Estatutária	94,08	94,08	4	91	-	630.187.366,10	285.823.380,00
Total	101,91	101,91	10	93	-	913.308.027,90	363.000.000,00

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Órgão	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº Total de membros	7,83	7,67	7,75	94,08	91,92	88	5	5	5
Nº de membros remunerados	7,83	6,5	7	94,08	91,92	88	5	5	5
Valor da maior remuneração (Reais)	33.804.240,00	27.684.000,00	18.960.000,00	30.659.720,00	21.948.390,00	17.775.000,00	264.600,00	264.600,00	264.600,00
Valor da menor remuneração (Reais)	21.127.650,00	4.325.625,00	3.975.000,00	3.528.475,00	3.436.270,00	1.234.800,00	264.600,00	264.600,00	264.600,00
Valor médio da remuneração (Reais)	27.003.618,77	15.292.788,46	11.362.791,96	8.328.674,16	7.115.121,99	7.679.948,37	264.600,00	264.600,00	264.600,00
Observação									
Conselho de Administração									
31/12/2019	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS.								
31/12/2018	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS.								
31/12/2017	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS.								
Diretoria Estatutária									
31/12/2019	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS.								
31/12/2018	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS.								
31/12/2017	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS.								
Conselho Fiscal									
31/12/2019	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS.								
31/12/2018	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS.								
31/12/2017	Os valores acima contemplam as contribuições previdenciárias ao INSS.								

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

O Bradesco não pratica esse tipo de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2019	2018	2017
Conselho de Administração	100,0%	100,0%	100,0%
Diretoria Estatutária	80,7%	87,8%	81,4%
Conselho Fiscal	0,0%	0,0%	0,0%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

O Bradesco não pratica esse tipo de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Exercício Social de 2019 – valores recebidos que foram reconhecidos no resultado de controladas em função do exercício do cargo nessas sociedades.

R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	2.063.250,00	-	-	2.063.250,00
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício Social de 2018 – valores recebidos que foram reconhecidos no resultado de controladas em função do exercício do cargo nessas sociedades.

R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	36.217.125,00	-	-	36.217.125,00
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício Social de 2017 – valores recebidos que foram reconhecidos no resultado de controladas em função do exercício do cargo nessas sociedades.

R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	71.798.096,78	-	-	71.798.096,78
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 - Outras informações relevantes

Não aplicável

Comentário dos Administradores sobre a Companhia



SUMÁRIO

10.1 – CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS.....	3
10.2 - RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO	20
10.3 - EVENTOS COM EFEITOS RELEVANTES, OCORRIDOS E ESPERADOS, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	22
10.4 - MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS - RESSALVAS E ÊNFASES NO PARECER DO AUDITOR	23
10.5 - POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS	24
10.6 - ÍTENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	27
10.7 - COMENTÁRIOS SOBRE ÍTENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
10.8 - PLANO DE NEGÓCIOS	28
10.9 - OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE.....	29



10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores devem comentar:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que possuímos todas as condições financeiras e patrimoniais gerais que possam assegurar o cumprimento de nossas obrigações, garantindo a estratégia de expansão de nossos negócios no curto e longo prazo.

Nossa análise está fundamentada de acordo com as informações das três últimas demonstrações contábeis gerenciais de encerramento do exercício social, conforme abaixo:

2019

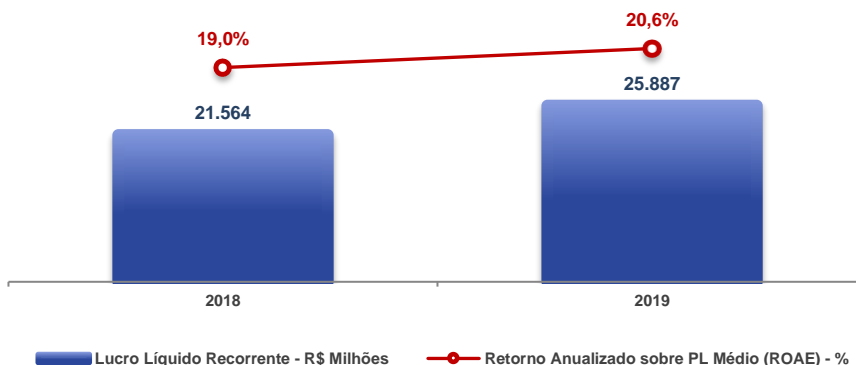
Em 2019, importantes passos foram dados na agenda de reformas estruturais no Brasil, principalmente pela reforma da previdência. Temas como a melhora do ambiente de negócios, a redução da complexidade tributária, a ampliação da infraestrutura e a qualidade da educação estão no radar. O Bradesco acredita que o endereçamento desses temas contribuirá para aumentar a eficiência produtiva, em um ambiente no qual o setor privado será o protagonista do ciclo de expansão econômica que se inicia. Ao mesmo tempo, tais avanços contribuirão para aumentar a competitividade do setor produtivo diante da concorrência internacional cada vez mais intensa.

O País encontra-se em uma posição favorável para sustentar esse ciclo, que será impulsionado por consumo e investimentos. As condições financeiras deverão continuar favoráveis, refletindo políticas econômicas críveis e taxas de inflação sem pressões significativas, além da melhora nas percepções dos agentes em relação aos avanços estruturais. As empresas estão desalavancadas e com acesso ampliado a fontes de financiamento, como o mercado de capitais. O comprometimento de renda das famílias e a inadimplência estão em patamares reduzidos. O empreendedorismo nacional continua apresentando elevada capacidade de adaptação e inovação.

Sob esse cenário, o setor financeiro nacional deverá ter papel construtivo e relevante para garantir a continuidade do crescimento sustentável do PIB ao longo dos próximos anos.

Manter a agenda de reformas estruturais é fundamental diante dos desafios no cenário internacional. Avanços e retrocessos se alternaram na questão comercial global ao longo de 2019, amplificando a volatilidade nos mercados financeiros. Contudo, EUA e China chegaram a um primeiro acordo no início deste ano, o que contribui para reduzir os riscos ao crescimento mundial nos próximos trimestres. Sob essa perspectiva, o ciclo de afrouxamento monetário nas principais economias deve ser interrompido, ainda que não sejam vislumbrados movimentos de normalização das taxas de juros em horizontes previsíveis.

Com o lucro líquido recorrente de 2019, atingimos um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) de 20,6%. O crescimento de 20,0% do lucro reflete o bom desempenho do resultado operacional, impulsionado pela performance positiva da margem financeira e pelas menores despesas com PDD (Expandida), além das maiores receitas de prestação de serviços e do resultado com operações de seguros, previdência e capitalização. Estes fatores compensaram o crescimento das despesas operacionais, cujo crescimento está relacionado, em sua maioria, às maiores despesas variáveis.





Operações de Crédito

Nossa política guia ações de gerenciamento e é constantemente atualizada e condizente com a realidade econômica. Seguimos com a expansão e diversificação das ofertas nos canais de distribuição, especialmente nos meios digitais, complementados pela Rede de Agências e Correspondentes Bancários. Nossa capilaridade permite a realização de empréstimos e financiamentos diretos ou em parcerias estratégicas com as diversas cadeias de negócios.

Algumas linhas em destaque:

Financiamento ao Consumo: contempla uma parcela representativa das operações de crédito destinadas às pessoas físicas, por meio de crédito pessoal, crédito consignado, financiamento de veículos e cartões de crédito. Linhas que fomentam o consumo e, conseqüentemente, estimulam o aumento da atividade econômica;

Para empresas: linhas de capital de giro, de antecipação de recebíveis e de financiamento de bens voltadas para as pequenas e médias empresas, proporcionam a expansão da atividade econômica e geração de empregos;

Bradesco Corporate: líder em ativos do mercado brasileiro para grandes e médias empresas, com soluções completas para diferentes necessidades e setores empresariais;

Agronegócio: figuramos entre os maiores financiadores do agronegócio, com ofertas e soluções para desenvolvimento da produção, mantendo acordo com os principais fabricantes de equipamentos agrícolas do País;

Imobiliário: um dos mais relevantes neste mercado, mantemos o compromisso em atender as demandas do setor, financiando tanto a indústria da construção quanto a aquisição de imóveis pelos mutuários finais. Em 2019, mantivemos posição de liderança no *ranking* de crédito imobiliário como o Banco privado que mais concedeu crédito, segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – Abecip; e

Repasse: líder em repasses de recursos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Abaixo o saldo das principais carteiras:

- R\$ 605,0 bilhões, ao final do ano, em operações de crédito, no conceito expandido, que inclui Avais, Fianças, Cartas de Crédito, Antecipação de Recebíveis de Cartão de Crédito, Debêntures, Notas Promissórias, Coobrigação em Cessões para Certificados de Recebíveis Imobiliários e Crédito Rural;
- R\$ 36,8 bilhões foi o saldo consolidado de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que inclui uma provisão complementar de R\$ 6,9 bilhões, fundamentada em modelos de provisionamento feitos com base em modelos estatísticos que capturam informações históricas, atuais e prospectivas;
- R\$ 160,0 bilhões em operações destinadas a crédito ao consumo, que inclui o valor de R\$ 63,0 bilhões em Crédito Consignado, que registrou 9,0 milhões de contratos ativos no final do exercício;
- R\$ 61,2 bilhões foi o saldo da carteira de Crédito Imobiliário, sendo R\$ 44,3 bilhões destinados a pessoas físicas e R\$ 16,9 bilhões a pessoas jurídicas, com um total de 219.251 unidades financiadas;
- R\$ 14,1 bilhões em créditos do agronegócio no final do exercício; e
- R\$ 22,5 bilhões somou o saldo das carteiras de Repasses, com 196.017 contratos.

Captação e Administração de Recursos

Os recursos captados e administrados, em dezembro de 2019, totalizaram R\$ 2,259 trilhões, evolução de 3,5% em relação ao ano anterior.

- R\$ 585,6 bilhões em Depósitos à Vista, a Prazo, Interfinanceiros, Poupança e Captações no Mercado Aberto;
- R\$ 1,0 trilhão em recursos administrados, compreendendo Fundos de Investimento, Carteiras Administradas e Cotas de Fundos de Terceiros, com evolução total de 6,4% no ano;
- R\$ 354,0 bilhões registrados na Carteira de Câmbio, Obrigações por Empréstimos e Repasses no País, Capital de Giro Próprio, Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados, Recursos de Emissão de Títulos no País e Dívida Subordinada no País;
- R\$ 274,8 bilhões em Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, expansão de 6,2% no ano; e



- R\$ 45,9 bilhões em Recursos Externos, por meio de emissões públicas e privadas, Dívida Subordinada no Exterior, Securitização de Fluxos Financeiros Futuros e Empréstimos e Repasses no Exterior, correspondente a US\$ 11,4 bilhões.

Em dezembro de 2019, nosso valor de mercado, considerando as cotações de fechamento das ações em circulação (ON e PN), era de R\$ 282,1 bilhões, com evolução de 16,3% em relação a dezembro de 2018, representando 2,1 vezes o patrimônio líquido em dezembro de 2019.

2018

As incertezas dos agentes econômicos elevaram a volatilidade nos mercados financeiros globais e domésticos em 2018. Temas como discussões comerciais, normalização da política monetária norte-americana e riscos geopolíticos estiveram no radar, afetando os preços dos ativos dos países emergentes. O Brasil, a despeito dos bons fundamentos de suas contas externas, foi influenciado por esse ambiente internacional adverso. Ainda que a expansão anual da economia brasileira tenha ficado em nível muito próximo ao verificado em 2017, a recuperação foi mais disseminada, tanto setorial quanto regionalmente.

Olhando para frente, o País encontra-se em uma posição cíclica favorável à aceleração do crescimento, inclusive com condições financeiras mais benéficas. Inflação e juros em patamares reduzidos, famílias e empresas desalavancadas, taxas de inadimplência em níveis baixos e espaço para expansão da demanda, constituem vetores propícios para um crescimento mais intenso em 2019, que devem ser potencializados na retomada da agenda de reformas estruturais, com impactos positivos sobre a confiança de empresários e consumidores.

Avaliamos que há indicadores para impulsionar o emprego, a renda, o crédito e os investimentos, ao mesmo tempo em que a manutenção de políticas econômicas críveis e sustentáveis deverá evitar pressões inflacionárias derivadas dessa recuperação. É fundamental, portanto, que o Brasil avance em sua agenda, abrangendo aspectos macro e microeconômicos, preparando-se para um ambiente internacional que deverá continuar desafiador nos próximos trimestres.

O Lucro Líquido Recorrente foi de R\$ 21,6 bilhões no exercício de 2018, correspondente a R\$ 3,22 por ação e rentabilidade anualizada de 19,0% sobre o Patrimônio Líquido médio. O retorno sobre os Ativos Totais médios foi de 1,6% no ano. O Patrimônio Líquido somou R\$ 121,1 bilhões e o saldo total dos ativos gerenciais foi R\$ 1,386 trilhão.

Operações de Crédito

Monitoramos as carteiras continuamente e mantemos nossa política sempre atualizada e condizente com o momento atual da economia. Seguimos expandindo e diversificando a oferta nos canais de distribuição, especialmente os meios digitais, complementados pela Rede de Agências e Correspondentes Bancários. Nossa capilaridade permite a realização de empréstimos e financiamentos diretos ou em parcerias estratégicas com as diversas cadeias de negócios.

O crédito ao consumo é uma das modalidades com maior representatividade na carteira do Banco, contribuindo para o crescimento de muitas cadeias produtivas dentre pequenos, médios e grandes negócios. Destacam-se no portfólio, crédito pessoal, crédito consignado, financiamento de veículos e cartões de crédito.

A oferta de linhas de capital de giro, antecipação de recebíveis e financiamento de bens voltada para as pequenas e médias empresas proporciona expansão da atividade econômica e consequente geração de empregos, criando, assim, um círculo virtuoso entre crédito para investimento e crédito para consumo.

O Bradesco Corporate destaca-se como líder em ativos no mercado brasileiro para grandes e médias empresas, no conceito de carteira expandida, com soluções completas para diferentes tamanhos, necessidades e setores empresariais.

O Bradesco também é o maior Banco privado em ativos no agronegócio, com ofertas de soluções para desenvolvimento da produção, mantendo acordo com os principais fabricantes de equipamentos agrícolas do País. Mais informações podem ser obtidas no site bradescoagronegocio.com.br.

Mantendo o forte compromisso em atender as demandas do setor imobiliário, financiando tanto a indústria da construção quanto a aquisição de imóveis pelos mutuários finais, aprimoramos, constantemente, nossos processos



de concessão nos diferentes canais de originação com objetivo de torna-los mais ágeis e práticos aos clientes. Ocupamos posição de liderança nesse segmento de negócio.

Somos um dos principais repassadores de recursos do BNDES e mantivemos este importante posicionamento ao atingir um total de desembolsos de R\$ 5,5 bilhões, equivalente a 17,6% de market share, mantendo o foco nas liberações para micro, pequenas e médias empresas, que absorveram R\$ 4,9 bilhões ou 18,7% do total desembolsado.

Segue abaixo o saldo das principais carteiras:

- R\$ 531,6 bilhões, ao final do ano, em operações de crédito consolidadas, no conceito expandido, que inclui Avais, Fianças, Cartas de Crédito, Antecipação de Recebíveis de Cartão de Crédito, Debêntures, Notas Promissórias, Coobrigação em Cessões para Certificados de Recebíveis Imobiliários e Crédito Rural;
- R\$ 35,1 bilhões foi o saldo consolidado de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que inclui uma provisão adicional de R\$ 6,9 bilhões, apurada com base nos modelos de provisionamento, que são baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas, atuais e prospectivas;
- R\$ 130,4 bilhões em operações destinadas a crédito ao consumo;
- R\$ 50,9 bilhões em Crédito Consignado no encerramento de 2018, com 8.903.348 contratos ativos;
- R\$ 61,3 bilhões na carteira de Crédito Imobiliário, sendo R\$ 38,284 bilhões destinados a pessoas físicas e R\$ 23,0 bilhões a pessoas jurídicas, e um total de 192.659 unidades financiadas;
- R\$ 20,3 bilhões em aplicações em agronegócio no final do exercício; e
- R\$ 18,3 bilhões somou o saldo das carteiras de repasse, com 189.655 contratos.

Captação e Administração de Recursos

Os recursos captados e administrados, em dezembro de 2018, totalizaram R\$ 2,182 trilhões, evolução de 7,8% em relação ao ano anterior. Ao todo, o Banco gerencia 28,3 milhões de clientes correntistas e 63,5 milhões de contas de poupança, com saldo de R\$ 111,2 bilhões.

- R\$ 624,8 bilhões em Depósitos à Vista, a Prazo, Interfinanceiros, Poupança e Captações no Mercado Aberto;
- R\$ 940,5 bilhões em recursos administrados, compreendendo Fundos de Investimento, Carteiras Administradas e Cotas de Fundos de Terceiros, com evolução total de 8,0% no ano;
- R\$ 309,7 bilhões registrados na Carteira de Câmbio, Obrigações por Empréstimos e Repasses no País, Capital de Giro Próprio, Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados, Recursos de Emissão de Títulos no País e Dívida Subordinada no País;
- R\$ 258,8 bilhões em Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, expansão de 4,9% no ano; e
- R\$ 51,0 bilhões em Recursos Externos, por meio de emissões públicas e privadas, Dívida Subordinada no Exterior, Securitização de Fluxos Financeiros Futuros e Empréstimos e Repasses no Exterior, correspondente a US\$ 13,2 bilhões.

Em dezembro de 2018, nosso valor de mercado, considerando as cotações de fechamento das ações ON e PN, era de R\$ 242,6 bilhões, com evolução de 21,0% em relação a dezembro de 2017, representando 2,0 vezes o patrimônio líquido em dezembro de 2018.

2017

O Lucro Líquido Recorrente foi de R\$ 19,0 bilhões no exercício de 2017, correspondente a R\$ 2,84 por ação e rentabilidade anualizada de 18,1% sobre o Patrimônio Líquido médio. O retorno sobre os Ativos Totais médios foi de 1,5%. O Patrimônio Líquido somou R\$ 110,5 bilhões e o saldo total dos ativos gerencial foi R\$ 1,298 trilhão.

Operações de Crédito

Atento ao cenário desafiador que se apresenta para o mercado de crédito, o Bradesco monitora constantemente suas carteiras de crédito para manter sua política sempre atualizada e condizente com o momento atual da economia, preservando a expansão e diversificação da oferta nos canais de distribuição, que abrangem a Rede



de Agências, Correspondentes Bancários e Canais Digitais. Diferenciais que têm contribuído para a realização de empréstimos e financiamentos diretos ou em parcerias estratégicas com as diversas cadeias de negócios.

- R\$ 492,9 bilhões foi o saldo, ao final do ano, das operações de crédito consolidadas, no conceito expandido, que inclui Avais, Fianças, Cartas de Crédito, Antecipação de Recebíveis de Cartão de Crédito, Debêntures, Notas Promissórias, Coobrigação em Cessões para Certificados de Recebíveis Imobiliários e Crédito Rural; e
- R\$ 36,5 bilhões foi o saldo consolidado de provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando uma provisão adicional de R\$ 6,9 bilhões, acima do exigido pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional.

Captação e Administração de Recursos

Os recursos captados e administrados, no final do exercício de 2017, totalizaram R\$ 2,024 trilhão. Ao todo, o Banco gerencia 27,8 milhões de clientes correntistas e 63,4 milhões de contas de poupança, com saldo de R\$ 103,3 bilhões, representando 18,3% do SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

- R\$ 578,9 bilhões em Depósitos à Vista, a Prazo, Interfinanceiros, Poupança e Captações no Mercado Aberto;
- R\$ 870,7 bilhões em recursos administrados, compreendendo Fundos de Investimento, Carteiras Administradas e Cotas de Fundos de Terceiros;
- R\$ 293,3 bilhões registrados na Carteira de Câmbio, Obrigações por Empréstimos e Repasses no País, Capital de Giro Próprio, Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados, Recursos de Emissão de Títulos no País e Dívida Subordinada no País;
- R\$ 246,7 bilhões em Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, expansão de 10,4% no ano; e
- R\$ 36,5 bilhões em Recursos Externos, por meio de emissões públicas e privadas, Dívida Subordinada no Exterior, Securitização de Fluxos Financeiros Futuros e Empréstimos e Repasses no Exterior, correspondente a US\$ 11,0 bilhões.

No encerramento do exercício de 2017, nosso valor de mercado, considerando as cotações de fechamento das ações ON e PN, era de R\$ 200,5 bilhões, com evolução de 24,7% em 2017, representando 1,8 vez o patrimônio líquido em dezembro de 2017.



Apresentamos a seguir comentários sobre os nossos principais indicadores:

I) Índice de Basileia

As instituições financeiras que operam no Brasil estão sujeitas a uma metodologia de medição e padrões de capital baseada em um índice ponderado de ativos por risco. Os parâmetros dessa metodologia são semelhantes aos parâmetros internacionais para medições de capital mínimo aprovado, segundo adotado pelo Acordo de Basileia.

Abaixo demonstramos a composição do índice de Basileia:

Base de cálculo	Basileia III			R\$ milhões			
	Consolidado Prudencial			Variação			
	Dez19	Dez18	Dez17	Dez19 x Dez18		Dez18 x Dez17	
				R\$	%	R\$	%
Patrimônio de referência - PR	125.275	117.940	104.673	7.335	6,2	13.267	12,7
Nível I	100.832	90.322	80.085	10.510	11,6	10.237	12,8
Capital principal	91.272	81.090	75.080	10.182	12,6	6.010	8,0
Patrimônio líquido	133.723	121.121	110.457	12.602	10,4	10.664	9,7
Minoritários/Outros	107	170	69	(63)	(37,3)	101	146,4
Ajustes prudenciais previstos na Resolução 4.192/13 do CMN	(42.558)	(40.200)	(35.446)	(2.358)	5,9	(4.754)	13,4
Capital complementar ⁽¹⁾	9.560	9.232	5.005	328	3,6	4.227	84,5
Nível II	24.444	27.618	24.588	(3.174)	(11,5)	3.030	12,3
Dívida subordinada (conforme a Resolução nº 4.192/13 do CMN)	21.324	22.417	16.947	(1.093)	(4,9)	5.470	32,3
Dívida subordinada (anteriores a Resolução nº 4.192/13 do CMN)	3.119	5.201	7.641	(2.082)	(40,0)	(2.440)	(31,9)
Ativos ponderados pelo risco - RWA	759.051	661.616	611.442	97.435	14,7	50.174	8,2
Risco de crédito	680.908	598.058	554.929	82.850	13,9	43.129	7,8
Risco operacional	64.572	53.151	47.605	11.421	21,5	5.546	11,7
Risco de mercado	13.571	10.407	8.908	3.164	30,4	1.499	16,8
Índice Total	16,5%	17,8%	17,1%	(1,3) p.p.		0,7 p.p.	
Capital nível I	13,3%	13,7%	13,1%	(0,4) p.p.		0,6 p.p.	
Capital principal	12,0%	12,3%	12,3%	(0,3) p.p.		- p.p.	
Capital complementar	1,3%	1,4%	0,8%	(0,1) p.p.		0,6 p.p.	
Capital nível II	3,2%	4,2%	4,0%	(1,0) p.p.		0,2 p.p.	
Dívida subordinada (conforme a Resolução nº 4.192/13 do CMN)	2,8%	3,4%	2,8%	(0,6) p.p.		0,6 p.p.	
Dívida subordinada (anteriores a Resolução nº 4.192/13 do CMN)	0,4%	0,8%	1,2%	(0,4) p.p.		(0,4) p.p.	

(1) Inclui dívidas subordinadas perpétuas emitidas em 2018, no valor de R\$ 4,2 bilhões, que foram aprovadas e autorizadas pelo Banco Central.

Em 2019, o índice total de Basileia registrou 16,5%, apresentando redução em relação ao ano de 2018, decorrente, principalmente, do pagamento de R\$ 8 bilhões de dividendos extraordinários, ocorrido em outubro de 2019, e dos ajustes prudenciais, impactado pelo aumento dos créditos tributários. Estes eventos foram parcialmente compensados pela forte geração de capital (lucro líquido) e pela realocação de recursos, via dividendos, do Grupo Segurador.

O crescimento dos índices de capital, no comparativo entre os anos de 2018 e 2017, está relacionado a forte geração de capital (lucro líquido), que superaram positivamente os impactos dos ajustes prudenciais, definidos na Resolução nº 4.192/13, que passou gradativamente de 60%, em 2016, para 80%, em 2017 e, atingiu 100% em 2018. Além disso, em 2018, emitimos dívidas subordinadas perpétuas, no valor de R\$ 4,2 bilhões para compor o capital complementar no nível I e dívidas subordinadas para recomposição de capital de nível II, em ambos os casos, aprovadas e autorizadas pelo Banco Central.



II) Índice de Eficiência Operacional (IEO)

Base de Cálculo IEO	2019	2018	2017	R\$ milhões			
				Variação			
				2019 x 2018		2018 x 2017	
				R\$	%	R\$	%
Despesas de Pessoal	21.767	19.986	19.500	1.781	8,9	486	2,5
Despesas Administrativas	21.407	20.291	20.122	1.116	5,5	169	0,8
Outras Despesas Operacionais Líquidas de Receitas	5.852	6.609	5.308	(757)	(11,5)	1.301	24,5
Total (A)	49.026	46.886	44.930	2.140	4,6	1.956	4,4
Margem Financeira	58.756	55.756	55.579	3.000	5,4	177	0,3
Receitas de Prestação Serviços	33.606	32.614	31.020	992	3,0	1.594	5,1
Resultado das Operações de Seguros, Previdência e Capitalização	14.793	13.121	12.277	1.672	12,7	844	6,9
Resultado de Participações em Coligadas	297	195	192	102	52,3	3	1,6
(-) Despesas Tributárias	(7.383)	(7.200)	(6.944)	(183)	2,5	(256)	3,7
Total (B)	100.069	94.486	92.124	5.583	5,9	2.362	2,6
Índices - %	2019	2018	2017	Variação			
				2019 x 2018		2018 x 2017	
				(0,6) p.p.		0,8 p.p.	
IEO Novo Cálculo - A / B	49,0	49,6	48,8				

(1) Índice de Cobertura Operacional = (Receitas de Prestação de Serviços) / (Despesas Administrativas + Despesas de Pessoal). Com o objetivo de aprimorar nossos indicadores, a partir do primeiro trimestre de 2019 alteramos a metodologia de cálculo do IEO, e para melhor efeito de comparabilidade, ajustamos o índice dos períodos anteriores.

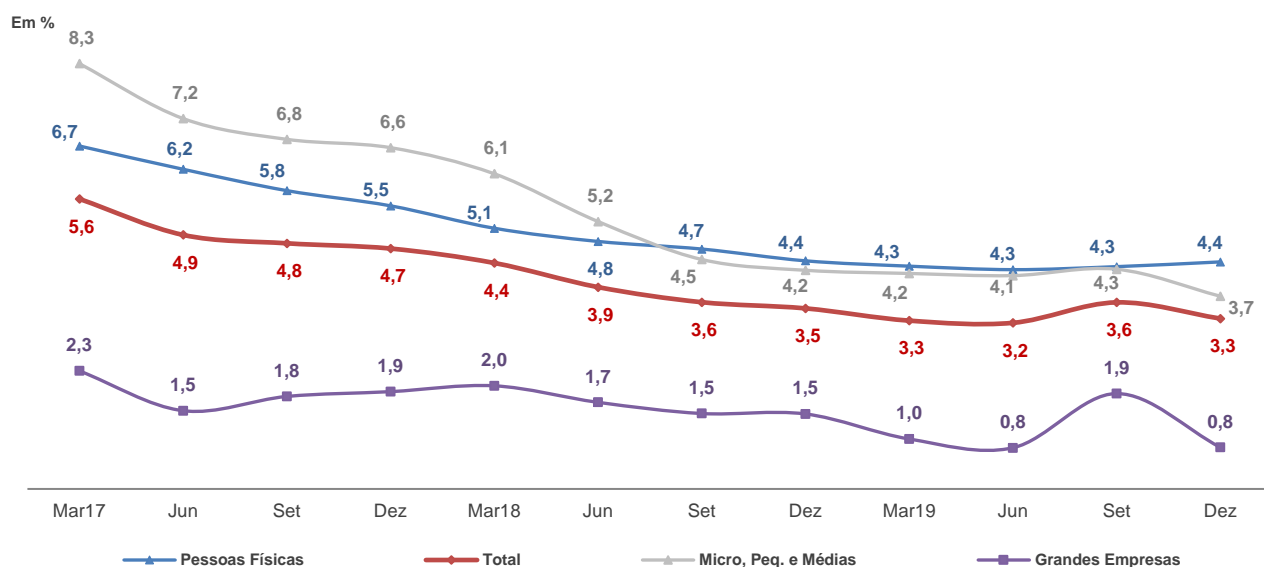
Índice de Eficiência Operacional (IEO)

A melhora do índice no comparativo entre os anos 2019 e 2018, reflete o desempenho das receitas com as margens financeiras, o resultado das operações de seguros, previdência e capitalização e das receitas de prestação de serviços, que compensaram o crescimento das despesas operacionais, cuja evolução, em sua maioria, advém de despesas variáveis relacionadas ao desempenho dos resultados.

Em 2018, comparado com 2017, a evolução das receitas com a margem financeira, as maiores receitas de prestação de serviços e o maior resultado das operações de seguros, previdência e capitalização, influenciaram positivamente este indicador. O desempenho entre os anos de 2017 e 2018 foi impactado pela maior constituição de provisões fiscais, que justificam o incremento das outras despesas operacionais, líquidas de receitas.

III) Principais Indicadores da Carteira de Crédito

Índice de Inadimplência > 90 dias⁽¹⁾

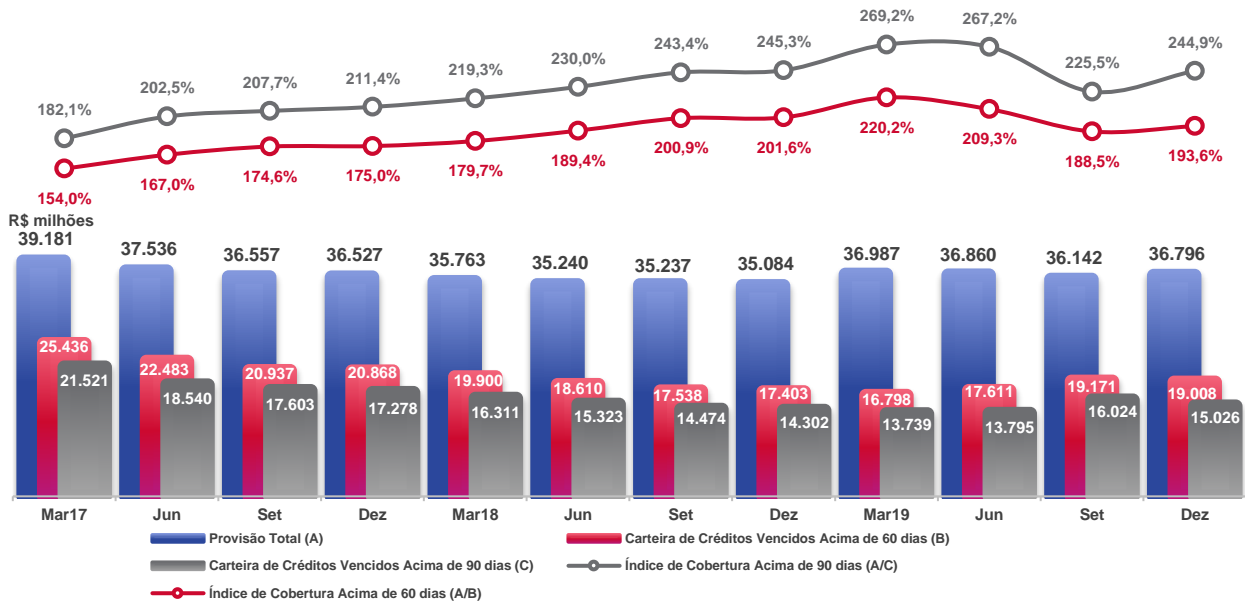


⁽¹⁾ Conceito definido pelo Banco Central do Brasil.



Mesmo apresentando evoluções nas operações de crédito nos anos de 2019, 2018 e 2017, o índice de inadimplência, compreendendo as operações com atrasos superiores a 90 dias da carteira total, manteve a trajetória de queda observada durante os períodos, refletindo a melhor qualidade das novas safras e os ajustes nos processos de concessão e recuperação de crédito. Desde o pico da inadimplência total, em março de 2017, o índice total apresentou redução de 2,3 p.p..

Índices de Cobertura



Nossos índices de cobertura (60 dias e 90 dias) apresentaram níveis bastante confortáveis. Nosso nível de provisionamento em relação a carteira de crédito reflete a melhora da qualidade de nossas operações e o aperfeiçoamento dos modelos de provisionamento, que são baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas, atuais e prospectivas.



b) estrutura de capital

Conforme demonstrado nos quadros abaixo, entendemos que a atual estrutura de capital é adequada e consistente com nossa estratégia de expansão de negócios. A maior fonte de financiamento das operações decorre do capital de terceiros.

R\$ bilhões			
Estrutura de Capital	Dez19	Dez18	Dez17
Capital Social	75,1	67,1	59,1

Em milhares			
Quantidade de Ações ⁽¹⁾	Dez19	Dez18	Dez17
ON	4.031.915	3.359.929	3.054.481
PN	4.031.915	3.359.929	3.054.481
Total de Ações	8.063.830	6.719.858	6.108.962
Ações em Tesouraria (ON)	6.643	5.536	5.033
Ações em Tesouraria (PN)	24.890	20.741	18.856
Subtotal – Em Circulação	8.032.297	6.693.581	6.085.074

(1) Não considera bonificações e desdobramentos realizados nos períodos.

R\$ milhões						
	Dez19	% em relação ao total	Dez18	% em relação ao total	Dez17	% em relação ao total
Patrimônio Líquido dos acionistas Controladores	133.723	9,5%	121.121	8,7%	110.457	8,5%
Capital de Terceiros ⁽¹⁾	1.275.582	90,5%	1.264.889	91,3%	1.187.871	91,5%
Passivo Total Gerencial	1.409.305	100,0%	1.386.010	100,0%	1.298.328	100,0%

(1) Passivo Total Gerencial excluindo-se o Patrimônio Líquido.

Nos últimos três exercícios sociais, nossa representatividade média de capital de terceiros foi de 91,1%, nível que consideramos normal em relação às instituições que atuam com intermediação financeira.



c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que as operações demonstradas no balanço patrimonial por prazos, apresentado a seguir, demonstram que possuímos margem de liquidez confortável para honrar suas obrigações no curto prazo. Cabe destacar que a política de administração de ativos e obrigações é revisada regularmente, de modo a garantir a liquidez suficiente para honrar saques, depósitos, amortizar outras obrigações no vencimento, conceder empréstimos ou outras formas de crédito aos clientes e atender às necessidades próprias de capital de giro para investimento.

Balanço Patrimonial Consolidado Gerencial por prazos

R\$ milhões						
Balanço Patrimonial	1 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de	Prazo indeterminado	Total
	dias	dias	dias	360 dias		
Ativo						
Circulante e realizável a longo prazo	781.196	125.992	82.172	392.112	-	1.381.472
Disponibilidades	19.202	-	-	-	-	19.202
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	47.492	5.757	3.219	1.746	-	58.214
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ^{(1) (2)}	503.216	15.023	7.059	132.205	-	657.504
Relações interfinanceiras e interdependências	90.903	-	-	201	-	91.104
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	26.134	71.477	58.750	189.455	-	345.815
Outros créditos e outros valores e bens	94.250	33.735	13.143	68.504	-	209.633
Permanente	504	2.512	3.021	18.571	3.224	27.832
Investimentos	-	-	-	-	2.187	2.187
Imobilizado de uso	138	688	825	7.701	810	10.161
Intangível	366	1.824	2.196	10.870	228	15.485
Total Ajustado em 31 de dezembro de 2019	781.700	128.504	85.193	410.683	3.224	1.409.305
Total Ajustado em 31 de dezembro de 2018	851.700	123.058	59.469	348.772	3.011	1.386.010
Total Ajustado em 31 de dezembro de 2017	804.952	97.759	68.323	324.302	2.992	1.298.328
Passivo						
Circulante e exigível a longo prazo	710.416	87.837	98.737	366.892	9.560	1.273.443
Depósitos ⁽³⁾	167.074	20.972	40.893	140.009	-	368.948
Captações no mercado aberto ⁽¹⁾	212.785	1.721	294	1.875	-	216.675
Recursos de emissão de títulos	5.549	37.546	43.157	84.491	-	170.743
Relações interfinanceiras e interdependências	25.047	-	-	-	-	25.047
Obrigações por empréstimos e repasses	2.967	20.225	11.101	19.673	-	53.966
Instrumentos financeiros derivativos	2.808	1.157	470	9.391	-	13.826
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização ⁽³⁾	234.851	3.950	1.677	34.287	-	274.765
Dívidas subordinadas	2	38	281	39.432	9.560	49.314
Outras	59.332	2.228	865	37.735	-	100.160
Resultados de exercícios futuros	326	-	-	-	-	326
Participação minoritária nas controladas	-	-	-	-	1.812	1.812
Patrimônio líquido	-	-	-	-	133.723	133.723
Total Ajustado em 31 de dezembro de 2019	710.742	87.837	98.737	366.892	145.096	1.409.305
Total Ajustado em 31 de dezembro de 2018	751.034	71.967	98.374	332.493	132.142	1.386.010
Total Ajustado em 31 de dezembro de 2017	726.236	88.571	95.078	276.289	112.155	1.298.328
Ativos Ajustados Líquidos acumulados em 31 de dezembro de 2019	70.958	111.625	98.081	141.871	-	-
Ativos Ajustados Líquidos acumulados em 31 de dezembro de 2018	100.666	151.757	112.852	129.131	-	-
Ativos Ajustados Líquidos acumulados em 31 de dezembro de 2017	78.716	87.905	61.149	109.163	-	-

(1) As operações vinculadas a compromissos de recompra estão classificadas conforme o prazo da operação;

(2) As aplicações em fundos de investimento estão classificadas no prazo de 1 a 30 dias; e

(3) Os depósitos à vista, de poupança e as provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL", estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro.



d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Abaixo, destacamos as principais fontes para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, nos três últimos exercícios sociais:

Captações x Aplicações	R\$ milhões									
	Dez19	Dez18	Dez17	Análise Vertical %			Análise Horizontal			
				Dez19	Dez18	Dez17	Dez19 x Dez18		Dez18 x Dez17	
							R\$	%	R\$	%
Depósito à Vista + Floating Diversos	41.413	36.777	35.196	7,4	6,9	7,2	4.636	12,6	1.581	4,5
Depósito de Poupança	114.178	111.171	103.333	20,3	20,9	21,0	3.007	2,7	7.838	7,6
Depósito a Prazo + Debêntures	217.073	204.818	170.068	38,6	38,6	34,6	12.255	6,0	34.750	20,4
Recursos de Letras	167.367	143.628	131.933	29,8	27,0	26,8	23.739	16,5	11.695	8,9
Recursos de Clientes⁽¹⁾	540.031	496.394	440.530	96,0	93,5	89,6	43.637	8,8	55.864	12,7
(-) Depósitos Compulsórios	(90.622)	(87.597)	(66.714)	(16,1)	(16,5)	(13,6)	(3.025)	3,5	(20.883)	31,3
(-) Disponibilidade (Nacional)	(15.156)	(14.987)	(13.107)	(2,7)	(2,8)	(2,7)	(169)	1,1	(1.880)	14,3
Recursos de Clientes Líquidos de Compulsórios	434.253	393.810	360.709	77,2	74,2	73,3	40.443	10,3	33.101	9,2
Empréstimos e Repasses	53.966	56.659	51.669	9,6	10,7	10,5	(2.693)	(4,8)	4.990	9,7
Demais Obrigações (TVM no Exterior + Dívidas Subordinadas + Outros Credores / Cartões)	74.286	80.624	79.420	13,2	15,2	16,1	(6.338)	(7,9)	1.204	1,5
Total Captações (A)	562.505	531.092	491.798	100,0	100,0	100,0	31.413	5,9	39.294	8,0
Carteira de Crédito Expandida (Exceto Avais e Fianças) (B)	526.722	458.744	414.064	93,6	86,4	84,2	67.978	14,8	44.680	10,8
B / A	93,6%	86,4%	84,2%	-	-	-	7,3 p.p.		2,2 p.p.	

(1) Considera: Depósito à Vista, Floating Diversos, Depósitos de Poupança, Depósito a Prazo, Debêntures (com lastro de operações compromissadas) e Recursos de Letras (considera Letras de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas).

Para avaliar a relação das operações de crédito x *funding*, descontamos do total de captações de clientes o montante comprometido com depósitos compulsórios recolhidos junto ao Bacen, o valor das disponibilidades mantidas para a operação das unidades de atendimento e adicionamos os recursos oriundos de linhas nacionais e externas, que fornecem o *funding* para suprir as demandas de crédito e financiamento. Apresentamos baixa dependência de recursos interbancários e linhas externas, em função de nossa eficiente obtenção de recursos junto aos clientes. Esta eficiência resulta da expressiva capilaridade, da ampla diversidade de produtos oferecidos, da confiança do mercado na marca Bradesco e da importante presença nos segmentos de clientes.

Pode-se observar que o percentual de utilização dos recursos tem apresentado margens nos períodos, demonstrando que suprimos a necessidade de recursos demandados para as operações de crédito fundamentalmente por meio de nossas captações.

Em 27 de janeiro de 2020, o Bradesco emitiu US\$ 1,6 bilhão de notas sêniores no mercado internacional, composta de duas tranches de US\$ 800 milhões, com vencimentos para janeiro de 2023 e janeiro de 2025, com remuneração a taxas fixas de 2,85% e 3,20% a.a., respectivamente.

Depósitos

Em 2019, os depósitos representavam 65,1% do total das nossas principais fontes de captação, que consistem em depósitos a prazo e de poupança com juros, depósitos à vista, sobre os quais não incidem juros, ambos expressos em reais, e depósitos interfinanceiros.

No comparativo entre os saldos de dezembro de 2019, 2018 e 2017, os depósitos apresentaram evolução, devido às novas oportunidades de negócios oferecidas aos clientes, em virtude das oscilações das taxas de juros ocorridas nos períodos, além do incremento da base de clientes.

Recursos de Letras

O aumento nos recursos de emissão de títulos –letras, nos comparativos entre os saldos de dezembro de 2019, 2018 e 2017, decorreu, em grande parte da evolução dos saldos das letras financeiras, que apresentou aumento de 15,9% entre os anos de 2019 e 2018, e de 11,2% entre os anos de 2018 e 2017. Ressaltamos, também, que a partir de 2018 fizemos captações de letras de imobiliárias garantidas, que são captações garantidas pela carteira de créditos imobiliários, conforme requisitos determinados pela Resolução no 4.598/17 do BACEN. No comparativo entre os saldos de dezembro de 2019 e 2018, essas captações apresentaram aumento de R\$ 5.064 milhões.



Empréstimos e Repasses

No comparativo entre dezembro de 2019 e 2018, a redução apresentada refere-se ao menor volume de recursos captados por empréstimos e repasses no país, principalmente, por meio das operações de Finame.

Em dezembro de 2018, o saldo de empréstimos e repasses apresentou evolução em relação ao saldo de dezembro de 2017, devido ao maior volume de recursos captados no exterior e variação cambial que apresentou evolução de 17,13% no período.

Dívidas Subordinadas

As variações apresentadas nos saldos de dezembro de 2019, 2018 e 2017 nas dívidas subordinadas, refletem as emissões / vencimentos das dívidas nos períodos.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas para cobertura de deficiências de liquidez, poderemos utilizar os seguintes recursos: (i) Captação via Depósitos; (ii) Empréstimos; (iii) Emissão de Títulos; (iv) Dívidas Subordinadas; e (v) Aporte de Capital pelos acionistas controladores. A Administração pode ainda utilizar alternativas como: (i) Resgatar recursos aplicados em ativos que não são classificados como liquidez; (ii) Ceder operações de crédito; (iii) Incentivar a captação de recursos, como depósito a prazo; (iv) Definir parâmetro para limitar a concessão de novos empréstimos.

Em algumas circunstâncias limitadas, nós podemos obter fundos emergenciais do Banco Central, através de uma transação referida como redesconto. Um redesconto é uma operação de crédito do Banco Central para uma instituição financeira, normalmente garantida por títulos do Governo Federal que a instituição possui, podendo, segundo critérios do próprio Banco Central, serem aceitos outros ativos em garantia. O Bradesco nunca efetuou operações de redesconto com o objetivo de liquidez.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não há contratos de empréstimos e financiamentos e nem relações de longo prazo com instituições financeiras que julgemos ser relevantes.

As instituições financeiras estão sujeitas aos limites operacionais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, para funcionamento conforme disposições da regulamentação em vigor, em especial a Lei nº 4.595/64, que instituiu o Sistema Financeiro Nacional.

Dentre os limites estabelecidos, destacam-se: (i) Patrimônio de Referência compatível com os riscos de sua atividade, (ii) imobilizações, que limita a 50% do valor do Patrimônio de Referência o total dos recursos aplicados no Ativo Permanente, (iii) de exposição por cliente, que estabelece o limite máximo de 25% do valor do Patrimônio de Referência de exposição por cliente, (iv) de exposição em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas a variação cambial, limitado a 30% do valor do Patrimônio de Referência, e (v) limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido para funcionamento.

As normas, também, vedam às instituições financeiras a práticas de operações, com destaque para: (i) a concessão de empréstimos ou adiantamentos a empresas ligadas, administradores e parentes, e (ii) a aquisição de imóveis não destinados a uso próprio.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há limites de financiamentos contratados.



h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Entendemos que possuímos todas as condições financeiras e patrimoniais gerais para assegurar o cumprimento de todas as nossas obrigações, garantindo a estratégia de expansão dos negócios.

A seguir, apresentamos os comentários dos itens que julgamos importantes e relevantes, evidenciados no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado Recorrente.

Balanço Patrimonial Consolidado Gerencial

Com relação às alterações significativas nos itens do balanço patrimonial consolidado gerencial, apresentamos abaixo um comparativo entre os principais eventos nos exercícios de 2019, 2018 e 2017.

	R\$ milhões									
	Dez19	Dez18	Dez17	Análise Vertical - %			Análise Horizontal			
				Dez19	Dez18	Dez17	Dez19 x Dez18		Dez18 x Dez17	
							R\$	%	R\$	%
Ativo										
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.381.473	1.356.727	1.267.893	98,0	97,9	97,7	24.746	1,8	88.834	7,0
Disponibilidades	19.202	19.869	15.224	1,4	1,4	1,2	(667)	(3,4)	4.645	30,5
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	58.214	104.044	154.270	4,1	7,5	11,9	(45.830)	(44,0)	(50.226)	(32,6)
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	657.504	658.501	584.650	46,7	47,5	45,0	(997)	(0,2)	73.851	12,6
Relações Interfinanceiras e Interdependências	91.104	89.026	68.197	6,5	6,4	5,3	2.078	2,3	20.829	30,5
Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	379.538	344.467	324.439	26,9	24,9	25,0	35.071	10,2	20.028	6,2
Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)	(36.796)	(35.084)	(36.527)	(2,6)	(2,5)	(2,8)	(1.712)	4,9	1.443	(4,0)
Outros Créditos, Valores e Bens	212.707	175.904	157.640	15,1	12,7	12,1	36.803	20,9	18.264	11,6
Ativo Permanente	27.832	29.283	30.435	2,0	2,1	2,3	(1.451)	(5,0)	(1.152)	(3,8)
Investimentos	2.187	2.192	2.182	0,2	0,2	0,2	(5)	(0,2)	10	0,5
Imobilizado de Uso e de Arrendamento	10.161	8.382	7.949	0,7	0,6	0,6	1.779	21,2	433	5,4
Intangível	15.484	18.709	20.304	1,1	1,3	1,6	(3.225)	(17,2)	(1.595)	(7,9)
Total	1.409.305	1.386.010	1.298.328	100,0	100,0	100,0	23.295	1,7	87.682	6,8
Passivo										
Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.273.444	1.262.743	1.185.764	90,4	91,1	91,3	10.701	0,8	76.979	6,5
Depósitos	368.948	342.879	265.278	26,2	24,7	20,4	26.069	7,6	77.601	29,3
Captações no Mercado Aberto	216.675	281.897	313.562	15,4	20,3	24,2	(65.222)	(23,1)	(31.665)	(10,1)
Recursos de Emissão de Títulos	170.743	147.721	135.011	12,1	10,7	10,4	23.022	15,6	12.710	9,4
Relações Interfinanceiras e Interdependências	25.047	26.332	30.034	1,8	1,9	2,3	(1.285)	(4,9)	(3.702)	(12,3)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	53.966	56.659	51.669	3,8	4,1	4,0	(2.693)	(4,8)	4.990	9,7
Instrumentos Financeiros Derivativos	13.826	15.993	14.084	1,0	1,2	1,1	(2.167)	(13,5)	1.909	13,6
Provisões de Seguros, Previdência e Capitalização	274.765	258.755	246.653	19,5	18,7	19,0	16.010	6,2	12.102	4,9
Outras Obrigações	149.474	132.507	129.473	10,6	9,6	10,0	16.967	12,8	3.034	2,3
Resultados de Exercícios Futuros	326	380	410	0,0	0,0	0,0	(54)	(14,2)	(30)	(7,3)
Participação Minoritária nas Controladas	1.812	1.766	1.697	0,1	0,1	0,1	46	2,6	69	4,1
Patrimônio Líquido	133.723	121.121	110.457	9,5	8,7	8,5	12.602	10,4	10.664	9,7
Total	1.409.305	1.386.010	1.298.328	100,0	100,0	100,0	23.295	1,7	87.682	6,8

Em dezembro de 2019, os ativos totais atingiram R\$ 1,409 trilhão, apresentando evolução de 1,7% em relação a dezembro de 2018. Este incremento foi reflexo do crescimento de 10,2% das operações de crédito, que compensou a redução de 6,1% do saldo de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, que juntos, representam 52,1% do total de ativos.

As operações de crédito apresentaram desempenho positivo no comparativo entre os saldos de dezembro de 2019, 2018 e 2017. Em todos os períodos comparativos, nos créditos destinados às pessoas físicas, destacamos a evolução das operações de financiamento ao consumo (crédito pessoal, consignado, veículos e cartão de crédito) e financiamento imobiliário. Nas pessoas jurídicas, o destaque é para operações de financiamento à exportação e CDC / *Leasing*, e no comparativo entre os saldos de dezembro de 2019 e 2018, destacamos também o desempenho positivo das operações de capital de giro.

O saldo de outros créditos e valores e bens no comparativo entre dezembro de 2019 e 2018 apresentou evolução devido ao aumento do crédito tributário, que está impactado pela majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos bancos de 15% para 20% sobre as diferenças temporárias e base negativa (conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 103 promulgada em novembro de 2019), da carteira de câmbio e do maior



volume de operações com cartão de crédito. Entre dezembro de 2018 e 2017 apresentou evolução devido ao aumento do saldo de títulos de créditos a receber, ao maior volume de operações com cartões de crédito e impostos e contribuições a compensar.

As provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização apresentaram crescimento no comparativo entre os saldos de 2019, 2018 e 2017, devido, principalmente, ao aumento nos produtos de previdência que 5,5% no comparativo entre dezembro de 2019 e 2018, e 4,6% entre os saldos de 2018 e 2017. Cabe destacar nossa participação de mercado nas provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização que em 2019 foi de 24,3% (dados de novembro).

O saldo de outras obrigações apresentou aumento em todos os períodos comparativos. No comparativo entre dezembro de 2019 e 2018, está relacionado ao aumento da carteira de câmbio, maiores provisões diversas para passivos contingentes e provisão para imposto de renda diferido. Entre dezembro de 2018 e 2017, está relacionado ao aumento no volume de dívidas subordinadas e maiores provisões diversas para passivos contingentes.

As principais fontes de captações (depósitos, debêntures, empréstimos e repasses, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas), foram comentadas no item 10.1 d).

Demonstração do Resultado Recorrente

No decorrer dos períodos, registramos alguns eventos extraordinários em nosso resultado e com o objetivo de permitir uma melhor compreensão, comparabilidade e análise de nosso desempenho, estamos ajustando nossa demonstração do resultado contábil com a exclusão destes eventos, resultando desta forma, no que denominamos demonstração do resultado recorrente.

	R\$ milhões		
	2019	2018	2017
Lucro Líquido - Recorrente	25.887	21.564	19.024
Eventos Extraordinários (líquidos dos efeitos fiscais)	(3.305)	(2.479)	(4.365)
- Crédito Tributário	6.403	-	-
- Passivos Contingentes ⁽¹⁾	(3.524)	(158)	(212)
- PDD Expandida ⁽²⁾	(2.468)	-	-
- <i>Impairment</i> de Ativos Não Financeiros ⁽³⁾	(1.080)	(514)	(325)
- Amortização de Ágio (Bruto)	(1.545)	(1.976)	(2.302)
- Programa de Desligamento Voluntário 2019 - PDV	(1.091)	-	(1.262)
- Outros	-	169	(264)
Lucro Líquido - Contábil	22.582	19.085	14.659

(1) É composto por provisões operacionais, principalmente cíveis e trabalhistas;

(2) Refere-se ao agravamento de *rating* e aprimoramento do critério de mensuração de provisão para garantias – avais e fianças; e

(3) Em 2019 é composto principalmente por *impairment* de investimentos, de ativos relacionados a aquisição de direito para prestação de serviços financeiros (folha de pagamento) e de sistemas / *hardware*.

A seguir, demonstramos as informações financeiras dos exercícios de 2019, 2018 e 2017. Cabe destacar que como resultado do processo interno de aprimoramento da avaliação dos resultados, a partir do primeiro trimestre de 2019, realizamos novas realocações gerenciais na demonstração do resultado recorrente e alteramos a composição da margem financeira. As análises de desempenho pela Administração, bem como as informações prestadas ao mercado, passaram a contemplar os ajustes abaixo:

Na análise da **Margem Financeira**, as parcelas de “juros” e “não juros” passaram a ser analisadas de forma única, alocadas em “Margem com Clientes” e “Margem com o Mercado”. A margem de seguros (resultado financeiro da operação) passou a ser demonstrada juntamente com o “Resultado das Operações de Seguros, Previdência e Capitalização”, na demonstração do resultado recorrente.

Além dos ajustes na composição da Margem Financeira, fizemos outras reclassificações oriundas das **Outras Receitas/Despesas Operacionais**, conforme a seguir:



- **Margem Financeira:** foram consideradas as despesas relacionadas à aquisição de direito sobre prestação de serviços aos clientes, como por exemplo, amortização de folha de pagamento e as despesas com atualização monetária de passivos contingentes;
- **Despesas com PDD:** passaram a incluir outras despesas relacionadas a perdas de crédito; e
- **Receitas de Prestação de Serviços:** passaram a conter outras receitas relativas à comercialização dos produtos de consórcios.

Para melhor efeito de comparabilidade, os períodos de 2018 e 2017 foram reclassificados, e as informações a seguir já contemplam as realocações gerenciais mencionadas:

Demonstração do Resultado Recorrente - Consolidado	R\$ milhões									
	2019	2018	2017	Análise Vertical %			Análise Horizontal			
				2019	2018	2017	2019 x 2018		2018 x 2017	
							R\$	%	R\$	%
Margem Financeira	58.756	55.756	55.579	100,0	100,0	100,0	3.000	5,4	177	0,3
- Magrem com Clientes	49.631	46.729	47.993	84,5	83,8	86,4	2.902	6,2	(1.264)	(2,6)
- Magrem com Mercado	9.125	9.027	7.586	15,5	16,2	13,6	98	1,1	1.441	19,0
PDD Expandida	(14.408)	(14.755)	(20.902)	(24,5)	(26,5)	(37,6)	347	(2,4)	6.147	(29,4)
Despesas com PDD ⁽¹⁾	(19.785)	(18.320)	(22.799)	(33,7)	(32,9)	(41,0)	(1.465)	8,0	4.479	(19,6)
Receitas com Recuperações de Crédito ⁽¹⁾	7.975	7.174	7.053	13,6	12,9	12,7	801	11,2	121	1,7
Descontos Concedidos / Outros ⁽²⁾	(2.282)	(2.567)	(2.788)	(3,9)	(4,6)	(5,0)	285	(11,1)	221	(7,9)
Impairment de Ativos Financeiros ⁽¹⁾	(316)	(1.042)	(2.368)	(0,5)	(1,9)	(4,3)	726	(69,7)	1.326	(56,0)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	44.348	41.001	34.677	75,5	73,5	62,4	3.347	8,2	6.324	18,2
Resultado das Operações de Seguros, Previdência e Capitalização ⁽³⁾	14.793	13.121	12.277	25,2	23,5	22,1	1.672	12,7	844	6,9
Receitas de Prestação de Serviços	33.606	32.614	31.020	57,2	58,5	55,8	992	3,0	1.594	5,1
Despesas de Pessoal	(21.767)	(19.986)	(19.500)	(37,0)	(35,8)	(35,1)	(1.781)	8,9	(486)	2,5
Outras Despesas Administrativas	(21.407)	(20.291)	(20.122)	(36,4)	(36,4)	(36,2)	(1.116)	5,5	(169)	0,8
Despesas Tributárias	(7.383)	(7.200)	(6.944)	(12,6)	(12,9)	(12,5)	(183)	2,5	(256)	3,7
Resultado de Participação em Coligadas	297	195	192	0,5	0,3	0,3	102	52,3	3	1,6
Outras Receitas / (Despesas Operacionais)	(5.852)	(6.609)	(5.308)	(10,0)	(11,9)	(9,6)	757	(11,5)	(1.301)	24,5
Resultado Operacional	36.635	32.845	26.292	62,4	58,9	47,3	3.790	11,5	6.553	24,9
Resultado Não Operacional	32	(21)	(127)	0,1	-	(0,2)	53	-	106	(83,5)
IR/CS	(10.568)	(11.031)	(6.852)	(18,0)	(19,8)	(12,3)	463	(4,2)	(4.179)	61,0
Participação Minoritária	(212)	(229)	(289)	(0,4)	(0,4)	(0,5)	17	(7,4)	60	(20,8)
Lucro Líquido - Recorrente	25.887	21.564	19.024	44,1	38,7	34,2	4.323	20,0	2.540	13,4

(1) Em 2019, destaca-se que a linha de despesa de PDD (Bruta) está impactada em R\$ 1.836 milhões, decorrente de contabilização de plano de recuperação judicial de clientes baixados para prejuízo, produzindo efeitos nas linhas de Receita de Recuperação de Créditos e Impairment de Ativos Financeiros, sem efeito na despesa de PDD total, bem como no resultado do período;

(2) Inclui resultado com BNDU e provisão para avais e fianças; e

(3) Resultado das Operações de Seguros, Previdência e Capitalização = Prêmios Retidos de Seguros, Planos de Previdência e Capitalização (-) Variação das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização (-) Sinistros Retidos (-) Sorteios e Resgates de Títulos de Capitalização (-) Despesas de Comercialização de Planos de Seguros, Previdência e Capitalização + Resultado Financeiro da Operação.

	Dez19	Dez18	Dez17	Variação	
				Dez19 x Dez18	Dez18 x Dez17
ROAE ⁽¹⁾	20,6	19,0	18,1	1,6 p.p.	0,9 p.p.
ROAA ⁽²⁾	1,8	1,6	1,5	0,2 p.p.	0,1 p.p.

(1) Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio; e

(2) Retorno sobre os Ativos Médios.

Nosso retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) vem apresentando crescimento, e, em 2019, atingiu 20,6%, aumento de 1,6 p.p. no comparativo com o ano de 2018. Nosso retorno sobre os ativos médios também avançou, atingindo 1,8% em 2019.

O desempenho do resultado operacional continua impulsionando as evoluções no lucro líquido nos períodos. No comparativo entre os anos de 2019 e 2018, o crescimento do lucro líquido foi decorrente das maiores margens financeiras, da contribuição de nossas operações de seguros, previdência e capitalização, do crescimento das receitas de prestação de serviços e de menores despesas com PDD (expandida) e outras receitas / despesas operacionais, fatores que compensaram o aumento das despesas operacionais no período, cujo aumento está essencialmente relacionado às despesas variáveis.



No comparativo entre os anos de 2018 e 2017, o aumento do lucro líquido refletiu o bom desempenho do resultado operacional, que foi impulsionado pelo comportamento das despesas com PDD (Expandida), que apresentaram significativa redução de 29,4%, mesmo considerando o crescimento da carteira de crédito no período. Além disso, destacamos o desempenho positivo das receitas de prestação de serviços e dos resultados com operações de seguros, previdência e capitalização, além do comportamento das despesas operacionais, que demonstrou o bom direcionamento e controle dos nossos gastos.

A seguir comentaremos os principais fatores que influenciaram as nossas linhas de resultados no comparativo dos três últimos exercícios sociais:

Margem Financeira

No comparativo entre os anos de 2019 e 2018, o desempenho da margem financeira foi impactado pelos seguintes fatores:

- **Margem com Clientes** – O crescimento permanece suportado pelos efeitos positivos do incremento do volume médio de negócios, principalmente pela evolução das operações de crédito massificado e ao melhor resultado do *mix* de produtos, fatores que compensaram a redução do *spread* no período.
- **Margem com Mercado** – O desempenho desta linha está, substancialmente, suportado pelos resultados positivos de nossa tesouraria nas operações de arbitragem e com clientes.

Em 2018, o desempenho da margem financeira foi impactado pelos seguintes fatores:

- **Margem com Clientes** – a variação apresentada no período reflete a redução do *spread* médio, dada a maior dinâmica competitiva do mercado, que foi compensada pelos efeitos positivos do incremento do volume médio de negócios, principalmente pela evolução das operações destinadas às pessoas físicas e o melhor resultado do *mix* de produtos.
- **Margem com Mercado** – o crescimento no período é decorrente dos ganhos das operações da tesouraria na gestão das posições proprietárias de ativos/passivos (ALM), com destaque para o maior resultado das posições pré-fixadas e redução das despesas com determinadas captações.

PDD Expandida

No comparativo entre os anos de 2019 e 2018, a redução das despesas com PDD (expandida) está relacionada às maiores receitas com recuperação de crédito, menores despesas com *impairment* de ativos financeiros e descontos concedidos/outros, fatores que compensaram o crescimento das despesas com PDD (bruta), que foram impactadas pelo crescimento das operações de crédito e também, pela alteração do *mix* das carteiras, com destaque para a evolução das operações com pessoa física e micro, pequenas e médias empresas.

Já no comparativo entre os anos de 2018 e 2017, a forte redução da despesa de PDD (Expandida) está relacionada à melhora da qualidade da carteira de crédito, reflexo do melhor processo de concessão e recuperação de crédito e da qualidade das novas safras, e à redução da inadimplência no período, além de menores despesas com *impairment* de ativos financeiros.

Resultado das Operações de Seguros, Previdência e Capitalização

No comparativo entre os anos de 2019 e 2018, a evolução do resultado operacional reflete o bom desempenho do faturamento, destacando, o crescimento nos ramos saúde, capitalização e vida. O crescimento do resultado financeiro reflete o melhor desempenho das operações com renda variável e multimercado e de nossas aplicações indexadas ao IPCA.

Em relação ao comparativo entre os anos de 2018 e 2017, a evolução do resultado operacional reflete a melhora dos índices de sinistralidade e comercialização, com destaque nos segmentos de saúde, vida e previdência e auto RE. Cabe destacar, que ao final de dezembro de 2018 o Teste de Adequação de Passivos – TAP, não apresentou qualquer efeito no resultado, uma vez que a mais valia dos títulos mantidos até o vencimento foi superior a necessidade de complemento de provisão, conforme Circular Susep nº 543/16. A performance apresentada no resultado financeiro reflete, em grande parte, o movimento dos índices de preço (IGP-M e IPCA), além do reflexo do comportamento das taxas de juros.



Receitas de Prestação de Serviços

No comparativo entre os anos de 2019 e 2018, as receitas com prestação de serviços apresentaram performance positiva, com evolução observada em praticamente todas as linhas. Destaque para maiores receitas de conta corrente, impulsionada pelo aumento da base de correntistas, cuja base atingiu 30,1 milhões de contas, aumento de 1,8 milhão de contas no ano, maiores receitas com administração de consórcios, serviços de custódia e corretagens e maiores receitas de *underwriting* / assessoria financeira, dado o cenário mais favorável em 2019 para as atividades do mercado de capitais. No período, ocorreram ajustes em relação as taxas de administração de fundos e operações com garantias prestadas, e menores receitas advindas das atividades de aquisição.

Em 2018, as receitas de prestação de serviços apresentaram evolução em todas as linhas, com destaque para conta corrente, cartões, administração de fundos, consórcios, operações de crédito, e custódia e corretagens. Destacamos que o crescimento das receitas advém do maior volume de operações, impulsionado pela maior oferta de produtos e serviços, amplamente disponíveis nos canais digitais e tradicionais. Os resultados evidenciam também as melhorias constantes na gestão do portfólio de produtos e serviços, bem como os benefícios do processo de segmentação de clientes e dos ganhos de sinergias obtidos com a incorporação do HSBC Brasil.

Despesas de Pessoal

No comparativo com ano de 2018, as despesas de pessoal apresentaram evolução de 8,9%, reflexo dos maiores gastos com proventos e encargos sociais, decorrente dos efeitos do acordo coletivo, cujo reajuste neste ano foi de 4,3%, do crescimento de despesas variáveis (participação nos resultados), destacando que a partir de 2019 implementamos o programa de remuneração variável direcionado aos funcionários da rede de agências e de maiores despesas com provisão para processos trabalhistas, reflexo dos acordos realizados.

Em 2018, mesmo considerando os efeitos do acordo coletivo de 2018/2019 (reajuste de 5%), o aumento das despesas com processos trabalhista e PLR, nossas despesas de pessoal apresentaram evolução abaixo dos índices de inflação, em relação ao ano de 2017.

Destacamos que em agosto de 2019, lançamos o segundo Programa de Desligamento Voluntário, ao qual puderam aderir, livre e espontaneamente, funcionários da Organização Bradesco que atendiam aos requisitos estabelecidos no Regulamento do Programa. O PDV 2019, teve como objetivos otimizar e flexibilizar nossa estrutura de equipe e obter importante melhoria em nossos indicadores de produtividade, preservando o compromisso com os fundamentos da carreira interna e de geração de valor para os acionistas. Em 31 de dezembro de 2019, os custos totais foram de R\$ 1,8 bilhão, contando com 3,4 mil adesões. Vale lembrar que o primeiro Plano de Desligamento Voluntário Especial (PDVE), foi lançado em julho de 2017, ao qual puderam aderir os funcionários da Organização que preencheram os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano. A data limite para adesão ao plano encerrou-se ao final de agosto de 2017, com a adesão de 7,4 mil funcionários, com custo total de R\$ 2,3 bilhões.

Despesas Administrativas

No comparativo entre os anos de 2019 e 2018, o aumento das despesas administrativas está mais concentrado nas despesas relacionadas ao crescimento do volume dos negócios ("parcela variável"), que apresentou crescimento de 7,5% no período. As demais despesas ("parcela fixa") aumentaram 5,1% no período, apresentando crescimento abaixo da inflação do período (IGP-M 7,3%), e foram impulsionadas por maiores despesas com propaganda e publicidade, além dos reajustes contratuais realizados no período.

O aumento das despesas administrativas em 2018 advém do crescimento do volume de negócios e serviços, das maiores despesas com propaganda e publicidade, decorrentes do posicionamento institucional, e de maiores investimentos em tecnologia, que impactam as despesas de depreciação e amortização. As despesas apresentaram desempenho positivo, principalmente se considerarmos a inflação do período, o que evidencia a eficiente gestão no direcionamento dos gastos, além dos ganhos de sinergia advindos da incorporação do HSBC Brasil e a estratégia de otimização dos pontos de atendimento.



Outras Receitas e Despesas Operacionais

No comparativo entre os anos de 2019 e 2018, a redução da linha de outras receitas e despesas operacionais, está relacionada às menores despesas com constituições de provisões para riscos fiscais e despesas com comercialização de cartões.

O aumento das despesas no comparativo entre os anos de 2018 e 2017, reflete as maiores constituições de provisões para riscos fiscais e maiores despesas com comercialização de cartões, justificada pelas maiores despesas variáveis relacionadas remuneração de performance de parcerias estratégicas.

10.2 – Resultado operacional e financeiro

Os diretores devem comentar:

a) *resultados das operações do emissor, em especial:*

i) *descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

A seguir, apresentamos nossas principais receitas operacionais:

Principais Receitas Operacionais	2019	2018	2017	Análise Vertical %			Análise Horizontal			
				2019	2018	2017	2019 x 2018		2018 x 2017	
							R\$	%	R\$	%
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	68.218	62.927	65.913	28,7	28,2	26,5	5.291	8,4	(2.986)	(4,5)
Result. de Op. com Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Câmbio	29.158	26.628	42.323	12,3	11,9	17,0	2.530	9,5	(15.695)	(37,1)
Resultado Financeiro de Seguros, Previdência e Capitalização	25.026	24.923	28.345	10,5	11,1	11,4	103	0,4	(3.422)	(12,1)
Resultado das Aplicações Compulsórias	4.327	3.967	4.936	1,8	1,8	2,0	360	9,1	(969)	(19,6)
Receitas da Intermediação Financeira	126.729	118.445	141.517	53,3	53,0	56,9	8.284	7,0	(23.072)	(16,3)
Prêmios Retidos de Seguros, Planos de Prev. e Capitalização	77.599	72.477	76.098	32,6	32,4	30,6	5.122	7,1	(3.621)	(4,8)
Receitas de Prestação de Serviços	33.606	32.614	31.020	14,1	14,6	12,5	992	3,0	1.594	5,1
Total das Principais Receitas Operacionais	237.934	223.536	248.635	100,0	100,0	100,0	14.398	6,4	(25.099)	(10,1)

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

O resultado de operações de crédito e arrendamento mercantil apresentou aumento no comparativo entre os anos de 2019 e 2018, em função, principalmente do crescimento das operações de crédito e também, pela alteração do *mix* das carteiras, com destaque para a evolução das operações com pessoa física e micro, pequenas e médias empresas.

A redução observada entre os comparativos dos anos de 2018 e 2017, refletem a maior dinâmica competitiva do mercado, que impactaram os saldos médios das operações de crédito, bem como o *mix* da carteira de crédito.

Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Câmbio

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio apresentou aumento no comparativo entre os anos de 2019 e 2018, devido aos resultados obtidos com derivativos de contratos futuros.

No comparativo entre 2018 e 2017, a redução ocorreu, principalmente, devido aos menores volumes de aplicações interfinanceiras, refletindo a queda do resultado, além das menores taxas de juros entre os períodos.

Resultado Financeiro de Seguros, Previdência e Capitalização

As variações apresentadas no comparativo entre os anos de 2019, 2018 e 2017, no resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização é reflexo do comportamento das taxas de juros nos períodos. Cabe destacar que em 2018, houve perdas por *impairment* de ações, no valor de R\$ 1,468 milhão.

Resultado das Aplicações Compulsórias

No comparativo entre os saldos de 2019 e 2018, o aumento de 9,1% na receita, decorreu, basicamente, do aumento de R\$ 18.545 milhões no saldo dos depósitos a prazo, que compensou a redução da taxa Selic no período, que passou de 6,50% em 2018 para 4,50% em 2019.



Entre os saldos de 2018 e 2017, a redução na receita, deveu-se, em grande parte, à redução da taxa Selic nos períodos, que era de 6,50% em 2018 e 7,00% em 2017.

Receitas com Prêmios Retidos de Seguros, Planos de Previdência e Capitalização e Receitas de Prestação de Serviços

Com relação as variações apresentadas para as receitas com prêmios retidos de seguros, planos de previdência e capitalização e receitas de prestação de serviços, os comentários estão incluídos no item 10.1.h.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não ocorreram fatores que afetaram materialmente nossos resultados operacionais nos últimos três exercícios sociais, além daqueles descritos nos itens 10.1.a; 10.1.h e 10.2.a.i.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não ocorreram variações significativas em nossas receitas, bem como em nosso resultado financeiro, atribuíveis a modificação de preços dos nossos principais insumos e produtos, taxas de câmbio, inflação, alteração de volumes ou introdução de novos produtos e serviços, nos anos de 2019, 2018 e 2017.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Durante os períodos de altas taxas de juros, nossa receita financeira aumenta, pois as taxas de juros sobre nossos ativos que rendem juros também aumentam. Ao mesmo tempo, nossa despesa financeira aumenta, pois as taxas de juros sobre nossas obrigações, nas quais incidem juros, também aumentam. Mudanças nos volumes de nossos ativos e obrigações sobre as quais incidem juros também afetam nossas receitas e despesas financeiras. Por exemplo, um aumento em nossa receita financeira atribuível a um aumento em taxas de juros poderá ser impactado por uma redução no volume de nossos empréstimos em aberto.

Além disso, quando o real se desvaloriza, incorremos: (i) em perdas em nossos passivos denominados em/ou indexados à moeda estrangeira, tais como nosso endividamento de longo prazo denominado em dólares e empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que o custo em reais da despesa financeira relativa aumenta; e (ii) em ganhos em nossos ativos denominados ou indexados em moeda estrangeira, tais como nossos títulos e operações de crédito indexados ao dólar, quando a receita desses ativos mensurada em reais aumenta. Opostamente, quando o real se valoriza, incorremos: (i) em perdas em nossos ativos denominados em/ou indexados à moeda estrangeira; e (ii) ganhos em nossos passivos denominados em/ou indexados à moeda estrangeira.



10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

No período, não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

O Banco Bradesco comunicou ao mercado, em 06 de maio de 2019, a celebração do contrato de compra de ações com os acionistas controladores do BAC Flórida Bank (“BAC Florida”), banco que oferece a 45 anos diversos serviços financeiros nos Estados Unidos, com destaque para pessoas físicas de alta renda não-residentes. O Bradesco assumirá as operações do BAC Flórida com o objetivo principal de ampliar a oferta de investimentos nos Estados Unidos aos seus clientes de alta renda Prime e Private Bank, além de outros serviços bancários, como conta corrente, cartão de crédito e financiamento imobiliário, bem como a oportunidade da expansão de negócios relacionados a clientes corporativos e institucionais. A aquisição custará aproximadamente US\$500 milhões.

Em 10 de setembro de 2019, o Banco Central autorizou o Bradesco a: (i) participar em até 100% do capital do BAC Florida Bank e de suas subsidiárias – a corretora de títulos BAC Florida Investments Corp. e as sociedades não financeiras BAC Global Advisors Inc., 5551 Lockett Road, Inc. e Representaciones Administrativas Internacionales S.A., essa última localizada na Guatemala e as demais localizadas nos EUA; e (ii) participar temporariamente do capital de uma sociedade *holding* a ser constituída nos EUA, a qual deverá ser extinta no bojo de reorganização societária (*merger*) a ser conduzida para possibilitar que o Banco Bradesco S.A. seja detentor de 100% das ações representativas do capital do BAC Florida Bank. A conclusão da operação está sujeita à aprovação dos órgãos reguladores competentes norte americanos e ao cumprimento das formalidades legais.

Em 15 de janeiro de 2020, o Banco Bradesco comunicou que efetivou a alienação da totalidade da participação acionária detida no capital da Chain Serviços e Contact Center S.A. (“Chain”) para a Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S.A..

c) eventos ou operações não usuais

No período, não ocorreram eventos ou operações não usuais com o emissor, além dos eventos extraordinários demonstrados nos itens 10.1.a e 10.1.h., que tenham causado ou que se espera que venham a causar impactos significativos sobre seus resultados.



10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Os Diretores informam que não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis que o Bradesco utilizou nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os Diretores destacam que, embora não tenham ocorrido mudanças significativas nas práticas contábeis do Bradesco, cabe destacar que, diferentemente das demais companhias abertas que já utilizam todos os CPCs, as instituições financeiras utilizaram nove pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Os demais pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC somente serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovados pelo CMN.

Segue relação dos nove pronunciamentos contábeis do CPC já aprovados pelo CMN:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1); e
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1).

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não ocorreram ressalvas e ênfases no relatório dos auditores independentes.



10.5 - Políticas contábeis críticas

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

O Bradesco tem divulgado os fatores de riscos e políticas contábeis críticas, em conformidade com as melhores práticas internacionais de transparência e Governança Corporativa, relacionadas a possíveis situações político-econômicas nos mercados nacional e internacional, que podem impactar diretamente o dia a dia das operações e, consequentemente, a sua situação financeira.

Nossos Diretores acreditam que os resultados do Bradesco são suscetíveis a políticas contábeis, suposições e estimativas. É responsabilidade da Administração adotar políticas contábeis adequadas, além de utilizar julgamentos na preparação de estimativas que sejam razoáveis e prudentes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Em termos de materialidade, os itens a seguir descrevem as políticas contábeis consideradas críticas, bem como as áreas que exigem maior julgamento ou envolvem alto grau de complexidade, que podem afetar a nossa situação financeira e o resultado de nossas operações. As estimativas contábeis, que preparamos nestes contextos, nos obrigam a fazer suposições sobre assuntos que são incertos. Em cada caso, se nossas estimativas não se confirmarem, na comparação com os resultados efetivos, pode haver impactos significativos sobre nossa situação financeira ou sobre o resultado de nossas operações.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em valor julgado suficiente em um determinado momento para fazer face as perdas prováveis na realização dos créditos, de acordo com as normas e instruções do CMN e do Banco Central do Brasil, a experiência da Administração e os modelos internos de mensuração de risco de crédito da Organização. No final de cada período, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é ajustada com base na análise de nossa carteira e em informações disponíveis.

Embora os modelos internos de mensuração de riscos sejam frequentemente revisados e aperfeiçoados, o processo para determinar o nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa exige julgamento e suposições, que podem afetar a estimativa de provisão.

Classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias: para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação nestas categorias é baseada na intenção da Administração em manter ou negociar tais títulos. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da sua classificação. Mudanças no ambiente econômico podem alterar a nossa estratégia em relação a um título ou valor mobiliário específico, o que exigiria uma transferência entre as categorias.

Os derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado em contrapartida a adequada conta do resultado. As operações que são instrumentos de *hedge* contábil podem ser classificadas como *hedge* de risco de mercado, *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimentos no exterior.

Avaliação de Instrumentos Financeiros e Derivativos

Os instrumentos financeiros e os derivativos registrados pelo valor justo em nossas demonstrações contábeis incluem, fundamentalmente, títulos classificados como: (i) para negociação; (ii) disponíveis para venda; e (iii) outros ativos de negociação, incluindo derivativos. O valor justo é definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes



de acordos com acionistas, que detêm investimentos significativos. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo.

Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes do nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. Os fatores utilizados nestes modelos incluem cotações de distribuidores, modelos de precificação, preços de instrumentos com características similares e fluxos de caixa descontados. A precificação baseada em modelos, também, utiliza informações sobre taxas de juros, taxas cambiais e volatilidade de opções, quando relevantes e disponíveis. Por exemplo, dados de mercado confiáveis quando da estimativa do impacto de manter uma grande posição são geralmente limitados. Do mesmo modo, utilizamos nosso julgamento na estimativa de preços quando não existir nenhum parâmetro externo. Se fizermos suposições incorretas ou o próprio modelo fizer correlações ou suposições incorretas, o valor da receita ou perda registrada para um ativo ou passivo específico pode ser inadequado. O julgamento deve determinar, também, se uma diminuição no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mantido até o vencimento ou de um título disponível para venda não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização (*impairment*) do custo atualizado e que possamos refletir a redução como despesa. Na avaliação de uma desvalorização não temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser provisionada.

Esses métodos de avaliação podem levar o Bradesco a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmem posteriormente.

Imposto de renda e contribuição social diferido

A determinação do valor do imposto de renda e da contribuição social é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos ativos e passivos fiscais diferidos e imposto de renda e contribuição social a pagar. Em geral, a avaliação exige que nós estimemos os valores futuros dos ativos fiscais diferidos e imposto de renda e contribuição social a pagar. A avaliação da possibilidade de que um ativo fiscal diferido possa ser realizado é subjetiva e envolve avaliações e suposições que são incertas. A realização dos ativos fiscais diferidos está sujeita a alterações nas alíquotas fiscais futuras e ao desenvolvimento de nossas estratégias de planejamento tributário. As avaliações e suposições podem se alterar no decorrer do tempo como resultado de acontecimentos ou circunstâncias imprevistas, modificando o nosso julgamento inicial quando da determinação do valor de nossas obrigações fiscais.

Constantemente, monitoramos e avaliamos o impacto sobre nossas obrigações em relação às novas leis tributárias, bem como novos eventos que poderiam afetar as avaliações e suposições de nossa análise sobre a possibilidade de realização de ativos fiscais diferidos.

É preciso julgamento significativo na determinação da probabilidade de uma posição sobre imposto de renda e contribuição social ser sustentada, mesmo depois do resultado de qualquer processo judicial ou administrativo relacionado, com base em méritos técnicos. Julgamento adicional é, então, requerido para determinar o valor do benefício elegível para reconhecimento em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

Os saldos dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, além de ativos não financeiros (exceto créditos tributários) são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável – *impairment*. Quando uma perda é verificada, reconhecemos uma despesa no resultado do exercício. Isto ocorre quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável.

Para calcular o valor recuperável, utilizamos de diversos julgamentos e, assim, estimamos o valor dos mais variados ativos que estão sujeitos ao teste de *impairment*.

Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização

As provisões técnicas são passivos, que representam estimativas dos valores, que serão pagos no futuro aos nossos clientes, participantes de planos de previdência, segurados ou seus beneficiários. As premissas atuariais utilizadas baseiam-se na nossa experiência e são, periodicamente, revisadas com relação aos padrões do setor visando assegurar a credibilidade atuarial. Mudanças significativas na experiência ou cenários podem fazer com que tenhamos



que constituir provisão para perdas futuras esperadas sobre um produto, estabelecendo provisões complementares para prêmios de seguros e contribuições de previdência. Estas provisões são estabelecidas em contratos de curta ou longa duração no sentido de prever perdas futuras esperadas.

No caso de seguros, os cálculos são realizados utilizando dados de sinistralidade, mortalidade, invalidez, tempo de vigência, inflação, despesas, dentre outros. Para contratos de seguro de longa duração, uma vez definidas as premissas atuariais em uma apólice especificamente ou grupo de apólices, elas não serão alteradas durante a vigência.

No caso de previdência, os benefícios futuros a serem pagos aos participantes ou seus beneficiários incluem aposentadorias, pensões e resgates, com hipóteses atuariais que levam em consideração fatores como sobrevivência, taxas de juros, invalidez, dentre outros.

No caso das operações de capitalização, os pagamentos futuros aos nossos clientes incluem resgates e sorteios. Eles são calculados sobre os valores nominais dos títulos, atualizados monetariamente.

Provisões contábeis e passivos contingentes

Nós constituímos provisões contábeis levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente confiabilidade.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como de perda remota não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

a) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes da publicação; e

b) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes da sua publicação.



10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos:

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Demonstramos na tabela abaixo, os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off-balance sheet*):

	R\$ milhões		
	Dez19	Dez18	Dez17
Compromissos de valores de crédito a liberar	248.451	228.562	252.684
Garantias financeiras prestadas	78.231	72.871	78.867
Créditos abertos para importação	1.411	362	294
Total	328.093	301.794	331.845

Os compromissos de valores de crédito incluem limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial. Tais valores consistem em operações de créditos contratadas, ainda não liberadas, e limites ainda não utilizados pelos clientes.

Garantias financeiras prestadas são contratos que requerem à Organização fazer pagamentos específicos perante o detentor da garantia financeira por uma perda que ele incorrerá quando um devedor específico deixar de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida. A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída com base na melhor estimativa do montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. Os parâmetros de provisionamento são estabelecidos com base nos modelos internos de gestão de risco de crédito. No caso de operações de varejo são adotados modelos quantitativos, enquanto que no atacado é adotada a combinação de modelos quantitativos com análises individualizadas.

As cartas de crédito (créditos abertos para importação) são compromissos emitidos para garantir a performance de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.



10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme descrito no item 10.6, informamos que, com relação as garantias financeiras prestadas e as cartas de importação, o emissor recebe uma tarifa ou uma comissão pela operação que sensibiliza as receitas e consequentemente o resultado operacional. Se ocorrer algum problema relacionado a capacidade de cumprimento de pagamento por parte do cliente, poderá haver a necessidade de constituição de provisões. Já com relação aos compromissos de valores de crédito a liberar, só haverá impacto nas linhas de resultado, se os clientes utilizarem estas linhas de crédito.

b) natureza e o propósito da operação

Informação mencionada no item 10.6.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Informação mencionada no item 10.6.

10.8 – Plano de negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Como condição necessária para o crescimento contínuo, continuamos investindo em Tecnologia da Informação (TI), e como fonte de financiamento, utilizamos nosso capital de giro próprio, que é representado pelo patrimônio líquido.

A seguir, demonstramos o total investido nos últimos três anos, incluindo infraestrutura (instalações prediais, móveis e utensílios):

	R\$ milhões		
	2019	2018	2017
Tecnologia da Informação (TI)	6.242	6.088	6.037

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não divulgamos aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não temos novos produtos e serviços relevantes, individualmente.



10.9 – Outros fatores com influência relevante

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não existem outros fatores que poderiam influenciar de maneira relevante o desempenho operacional e que não foram mencionados nesta seção.